PPI

Projeto Político Pedagógico Institucional

Aracaju, SE
Agosto, 2007

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Fernando Hadad

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
Ronaldo Mota

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL e TECNOLÓGICA
Eliezer Moreira Pacheco

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SERGIPE

Direção Geral
Joarez Vrubel
E-mail: direcao@cefetse.edu.br

Diretoria da Unidade Sede-Aracaju
José Luciano Mendonça Morais
E-mail: direcao.sede@cefetse.edu.br

Diretoria da UNED / Lagarto
José Espínola da Silva Júnior
E-mail: direcao.uned@cefetse.edu.br

Vice-Direção
Fernandes Barbosa Monteiro
E-mail: direcao.vice@cefetse.edu.br

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SERGIPE

Diretorias, Gerências, Coordenações, Secretarias e Núcleos de Trabalho:

Diretoria de Administração e Planejamento
Maria da Conceição Santos de Mendonça

Diretoria de Ensino
Edivaldo Alves de Oliveira

Diretoria de Desenvolvimento Institucional
Manuela Iris dos Santos

Diretoria de Relações Empresariais e Comunitária
Marinaldo José de Medeiros

Auditoria Interna
Adriana de Lima

Gabinete da Direção Geral
Maria Lúcia Regis Lima Corrêa

Núcleo de Comunicação Social
Anderson Ribeiro dos Santos

Gerência de Ensino e Integração Pedagógica
Marise Dias Freitas

Gerência de Apoio ao Ensino
Jailson Cardoso dos Santos

Gerência de Licitações e Contratos
Frank de Souza Mangabeira

Gerência de Administração Financeira e Contábil
César Vasconcelos Flores

Gerência de Pessoas
José Alves dos Santos Filho

Gerência de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação
Edson Leal Menezes Neto

Gerência de Alimentação Escolar
Luiz Carlos Gonçalves

Coordenação de Ensino Técnico
Ivanildo de Souza Maciel Junior

Coordenação de Integração Pedagógica
Dayse Vespasiano de Assis

Coordenação de Ensino Superior
Antonio Wilson Macedo de Carvalho Costa

Coordenação de Registro Escolar
José Cael da Silva Neto

Coordenação de Horário Escolar
Maria Lucia Santos Brito

Coordenação de Patrimônio Central
Valdenice de Jesus Melo

Coordenação de Administração e Manutenção
Maria Aparecida de Oliveira

Coordenação de Almoxarifado Central
João José de Almeida Siqueira

Coordenação de Execução Orçamentária
João Figueirôa Júnior

Coordenação de Planejamento
Laurice da Silva Martins

Coordenação de Administração de Pessoas
Teófilo Bento da Silva

Coordenação de Seleção, Cadastro e Capacitação
Acácia Maria Santana Teles Santos

Coordenação de Integração Escola-Empresa
José Valter dos Santos

Coordenação de Tecnologia da Informação
Gilson Santos Borges

Coordenação de Pesquisa Institucional
José Acácio de Jesus Moura

Coordenação de Eletrônica
Fábio Luiz Sá Prudente

Coordenação de Informática
André Luiz Sozzi

Coordenação de Construção Civil
Jânia Reis Batista

Coordenação de Química
Gilderman Silva Lázaro

Coordenação de Saúde e Segurança no Trabalho
Fábio Brandão Britto

Coordenação de Turismo e Hospitalidade
Ártemis Barreto de Carvalho

Coordenação de Ciências Humanas e Sociais
Tânia Regina Barbosa de Souza

Coordenação de Eletrotécnica
Valfredo Chagas Vieira

Coordenação de Meio Ambiente
Ione Ivonete Burmeister Morato de Carvalho

Coordenação de Ecoturismo
Cristiane Santos Picanço

Coordenação de Licenciatura de Matemática
Lenira Pereira da Silva

Coordenação de Serviços de Engenharia
Adriano Nóia Ribeiro

Coordenação de Transporte
Aercio dos Anjos

Coordenação de Licitação
Iara Matos Barboza Silva

Coordenação de Contratos
Cristine Araujo Lima

Coordenação de Produção Gráfica
Marleide de Góis Paula

Coordenação de Saúde Escolar
Ivanilde de Jesus Santana

Coordenação de Manutenção e Suporte
Paulo do Amaral Costa

Coordenação de Redes e Telemática
Reinaldo Ferreira de Melo

Coordenação de Controle Docente / Discente
Maria Mendonça de Jesus

Coordenação de Assistência Estudantil
Vânia de Jesus

Coordenação de Biblioteca
Elizabete Tavares Ramos

Coordenação Técnico-Científica
Laerte Fonseca

Coordenação de Ações Inclusivas/PROEJA
Marlúcia Alves Segundo White

UNED-Lagarto

Secretaria da Diretoria da Uned
Gineide dos Santos

Gerência de Administração e Manutenção
José Niraldo da Paz

Gerência de Desenvolvimento Institucional
Marcelo Machado Cunha

Gerência de Ensino e Integração Pedagógica
Paulo André Barbosa Ávila Silva

Coordenação de Administração e Manutenção
Jocelmo Rodrigues Pereira

Coordenação de Administração de Pessoas
Raimundo Nonato R. Santana

Coordenação de Indústria
Waldiney Giacomelli

Coordenação de Ciências Humanas, Físicas e Sociais
Ricardo Sérgio Gomes de Albuquerque

Coordenação de Informática
Adriane da Costa Neto

Coordenação de Construção Civil
David de Paiva Gomes Neto

Coordenação de Biblioteca
Roqueogenes Moura Ferreira

Núcleo de Tecnologia da Informação
José Rudival Alves Santos

Coordenação Técnico-Científica
Marcos de Oliveira Santos

Núcleo de Assistência Estudantil
Maria de Fátima Silva Oliveira

Núcleo de Registro Escolar
Marileide Andrade de Jesus Rocha

Consultores Externos *(Ad Hoc)*
Alda Muniz Pepe
Antonio Carlos Sanches Cardoso
José Vicente Cardoso Santos

"... é entusiasmante pensar que a natureza humana será sempre melhor desenvolvida e aprimorada pela educação, e que é possível chegar a essa forma, a qual em verdade convém à humanidade. Isso abre a perspectiva para uma futura felicidade da espécie humana."

Kant, 2002., a.p. 1617

S u m á r i o

Lista de Signos 8
Abreviaturas, Acrônimos, Acrósticos, Siglas, Símbolos 8
Abreviaturas 8
Acrósticos 8
Siglas 9
Lista de Figuras 10
Lista de Quadros 10
Lista de Tabelas 10

Apresentação 11

1 Introdução 12

2 Contexto: Visão Global 14
2.1 Desafios Locais e Globais 14
2.2 Interação com os PPCs 15
2.3 Princípios Metodológicos da Concepção do Projeto 17
2.4 Interação do PPPI com o PDI da Instituição 18
2.5 Breve Histórico Institucional 19
2.5.1 Aspectos Legais e os Novos Paradigmas do Mundo do Trabalho 22
2.6 Inserção Regional e Local 23
2.7 Relações Consideradas no Processo de Construção Coletiva: Sociedade, Tecnologia, Trabalho, Cultura e Educação 25
2.7.1 Na Interação com os Problemas Locais 27
2.8 A Inserção Regional do CEFET-SE/IFETs 29
2.8.2 Finalidades 31
2.8.3 Objetivos 32
2.8.3.1 Objetivo Geral 32
2.8.3.2 Objetivos Específicos 32
2.8.4 Finalidades 34
2.8.5 Missão 35
2.8.6 Visão 35

3 Princípios Filosóficos e Teóricos-Metodológicos que Norteiam a Prática Acadêmica Institucional 36
3.1 A Proposta Político-Social da Instituição 37
3.3 A Inserção Institucional na Proposta da Ifetização 38
3.3.1 Evolução Histórica da Proposta de Ifetização 38

4 Cenário Atual: Diagnóstico e Metodologia 41
4.1 Princípios Fundamentais 41
4.2 A Proposta de Construção Coletiva 42
4.2.1 A Importância Conceitual 42
4.2.2 Elementos Estruturais Formais do PPPI 42
4.2.3 Metodologia Adotada 45
4.3 Descrição do Universo de Análise das Propostas dos Grupos de Trabalho 50
4.3.1 Objetivos Demandados 51
4.4 Possíveis Alianças para Consolidação das Propostas 52
4.4.1 Alianças Internas 52

5 Programação 53

5.1 Descrição dos Objetos das Práticas Operativas e Pedagógicas 53
5.2 Marco Pedagógico: Desenvolvimento do Currículo 54
5.3 O Projeto Pedagógico: A Base Teórico Operativo 54
5.3.1 Aprendizagem Significativa: aprender a aprender 55
4.2.2 A Estrutura Cognitiva 55
5.3.3 As Práticas Operativas 55
5.3.4 A Proposta Básica da Prática Operativa 56
5.3.5 Prática Profissional X Proposta Pedagógica 57
5.3.6 Perspectivas Futuras 58
5.4 Avaliação 59

Referências Bibliográficas 63

Lista de Signos

Abreviaturas, Acrônimos, Acrósticos, Siglas, Símbolos

Abreviaturas

- ANSI = American National Standard Institute;
- Aut. = Autorização‡
- Auto. = Autonomia;
- Cons. = Conselho;
- Créd. = Credenciamento‡
- Dec. = Decreto;
- DIP = Diagnóstico Institucional;
- Educ. = Educação;
- Eng. = Engenharia;
- *Etc* = Abreviação da expressão "*ET CETERA*", ou seja, e outras coisas (encerrando enumeração como informação genérica e, ao mesmo tempo, conclusiva, definitiva ou comprobatória da extensão do que vinha sendo enumerado); podendo ser também interpretado como sendo ". e assim por diante.";
- PAI = Projeto de Avaliação Institucional;
- Par. = Parecer;
- PDI = Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Port. = Portaria;
- PPI = Projeto Político Institucional;
- PPPI = Projeto Político Pedagógico Institucional;
- Reconh. = Reconhecimento Periódico;
- *Sic* = Palavra que, entre parênteses ou colchetes, se intercala numa citação ou se pospõe a esta para indicar que o texto original está reproduzido exatamente, por errado ou estranho que possa parecer;
- Territ. = Territoriedade;
- UNED-Lagarto = Unidade de Ensino Descentralizada, localizada no Município de Lagarto-SE;
- Vag. = Vagas;
- Vest. = Vestibular‡

Acrósticos

- **CEFET-SE** = Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe.
- **ETFSE** = Escola Técnica Federal de Sergipe.

Siglas

- ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- GT-Grupo de Trabalho;
- CEE-Conselho Estadual de Educação;
- CEFETs-Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica;
- CEG-Câmara de Ensino de Graduação;
- CES-Câmara de Ensino Superior (do CNE);
- CFE-Conselho Federal de Educação;
- CNE-Conselho Nacional de Educação;
- CPA-Comissão Própria de Avaliação;
- CPE-Comissão de Planejamento Econômico;
- CSTs-Cursos Superiores de Tecnologia;
- DAES-Diretoria de Avaliação e Estatística da Educação Superior;
- DCNs-Diretrizes Curriculares Nacionais (para os cursos de graduação);
- EFQM-European Foundation for Quality Manegement;
- ETFs-Escolas Técnicas Federais;
- ETFSE = Escola Técnica Federal de Sergipe;
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- ICI-Instituto de Ciências da Informação;
- IES-Instituição de Educação Superior;
- UNESCO-Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura;
- IESP-Instituição de Educação Superior Privada;
- IDH-Índice de Desenvolvimento Humano;
- IFET-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia;
- INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;
- LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
- MEC-Ministério da Educação;
- PAUIB-Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras;
- PCNs-Parâmetros Curriculares Nacionais (para os cursos de nível médio);
- PDI-Plano de Desenvolvimento Institucional
- PIB-Produto Interno Bruto;
- PPI-Projeto Pedagógico Institucional;
- PPC-Projeto Pedagógico do Curso;
- PPPI-Projeto Político Pedagógico Institucional;
- SBPC-Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- SEC-Secretaria da Educação e Cultura;
- SEI-Superintendência de Estudos Estatísticos e Informações;
- SESU-Secretaria da Educação Superior;
- SETEC-Secretaria da Educação Tecnológica;
- SINAES-Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;

Lista de Figuras

Figura 1 Algorítimo de Construção Coletiva do PPPI 49

Figura 2 Novos Paradigmas do Mundo Contemporâneo 61

Lista de Quadros

Quadro 1 Municípios Contemplados na Expansão 22

Quadro 2 Distribuição dos Atores do Processo de Construção do PPPI 50

Lista de Tabelas

Tabela 1 Roteiro das Preleções de Sensibilização à Formação dos Grupos de Trabalho para Construção do PPPI 45

Tabela 2 Ações Permanentes de Comportamento Organizacional 51

Apresentação

"... um sonho que se sonha só,
é só um sonho,
um sonho que se sonha em conjunto
pode tornar-se realidade..."
Raul Seixas

A apresentação do PPPI de nossa Instituição tem por finalidade precípua demonstrar o esforço conjunto de toda uma Comunidade, seus sonhos, projetos e experiências em torno do mais autêntico anseio de uma "Casa de Educação", a determinação constante de desempenhar sua função social, cultural e de compromisso pedagógico com a formação cidadã e o desenvolvimento tecnológico do país.

O contexto de incertezas e profundas transformações sociais em que vivemos nos dias atuais, ressalta a importância e o valor da Instituição Pública, em especial aquela que tem por missão educar nos diversos níveis e modalidades de ensino, valor fundamental da sociedade que legitima a Escola como espaço de conhecimento e interação através de suas múltiplas dimensões: ensino, pesquisa e extensão.

Assim, torna-se claro que o caminho coletivo do projeto educativo tem no PPPI o real instrumento de implantação das diretrizes educacionais, tornando possível delinear a missão, as metas e os objetivos para organizar as práticas e estratégias da Instituição, subsidiando os fundamentos teórico-metodológicos da educação para a elaboração dos projetos pedagógicos dos diferentes cursos em atividade e dos que ainda serão implantados.

"Precisamos contribuir para criar a Escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, que recusa o imobilismo. A Escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a Escola que apaixonadamente diz sim à vida", na palavra do saudoso Paulo Freire.

Joarez Vrubel

Diretor Geral

1 Introdução

Este projeto é um orientador da ação, das prioridades, das medidas, das perspectivas e das proposições da Instituição, e revela, ao mesmo tempo, o movimento e a dinâmica institucional. Através de alianças e parcerias com os membros da comunidade, pautadas na visão de mundo dos agentes que participam do processo educativo, definimos os instrumentos e os procedimentos que viabilizarão a consecução das metas e dos processos de acompanhamento e de desenvolvimento institucional.

Nesse sentido, o **PPPI** teve como proposta em suas diferentes fases de elaboração:

- estar atento a história da Instituição;
- contextualizar o CEFET-SE/IFET-SE na conjuntura macro-social, regional, nacional, global e local;
- traçar o contexto institucional através de uma análise diagnóstica, levantando as condições de trabalho;
- verificar a organização das relações sociais de trabalho;
- identificar as formas de organizações internas do CEFET-SE/IFET-SE;
- mapear os sistemas de avaliação e de controle dos resultados;
- compreender as políticas de gestão de pessoas, identificar as estratégias da organização;
- definir os objetivos, os valores, a filosofia institucional, capturar os pontos fortes e suas fragilidades;
- fazer a leitura da organização, do pessoal docente, discentes e todos os colaboradores técnico-administrativos;
- analisar perfis, necessidades e preferências da comunidade acadêmica;

Sintonizados com essa perspectiva democrática, encaminhamos a construção do **PPPI** com metodologia participativa própria e delineada no seio da comunidade, através da realização de seminários, grupos de trabalhos e oficinas temáticas, em suas diferentes fases.

Essa perspectiva de diálogo implica abertura para escutar as idéias divergentes, tranqüilidade para gerir os conflitos e aceitar as fragilidade e, força, para, juntos, buscarmos as possibilidades nas fortalezas e na pluralidade que, por certo, emergirão do debate. O processo não é simples, porque requer o trato político e os encaminhamentos relacionados ao ensino-aprendizagem e a formação profissional, e nesses processos acessaremos uma diversidade de concepções, de práticas e de compromissos, como consenso da maioria, sem, não obstante às regras democráticas, desprezar os anseios das minorias internas,desde que os mesmos estejam em sintonia com a nossa função social.

Nesse documento de orientação acadêmica constam, entre outros, o histórico da Instituição; seus mecanismos de inserção regional; sua missão; âmbitos de atuação; princípios filosóficos gerais; as políticas de gestão, de ensino, de pesquisa, quando for o caso, de extensão; perfil humano, perfil profissional; concepções de processos de ensino e de aprendizagem, de currículo, de avaliação de ensino e de planejamento e os diversos programas.

A construção deste projeto teve como princípio o fortalecimento das relações democráticas entre os grupos de trabalho, sendo valorizada a postura colaborativa dos atores, com ações de sensibilização através de palestras proferidas para toda a comunidade deste CEFET-SE/IFET-SE.

2 Contexto: Visão Global

Na denominada sociedade do conhecimento e da informação, assiste-se continuamente as grandes mudanças sócio-político-econômicas e suas repercussões na ciência, na tecnologia, na cultura, nos modos de vida e nas perspectivas de desenvolvimento da humanidade. Com mais velocidade a partir dos anos 80, assinala-se a transnacionalização da economia e dos processos comunicativos e culturais, gestando na conjuntura social o sentido de perplexidade e de crise de paradigmas que, muitas vezes, não mais explicam a realidade e/ou se compatibilizam com as exigências e necessidades contemporâneas. Assim, considerando o fato de que quanto mais local tem-se a inserção no global propomos este documento como uma concepção institucional do CEFET-SE/IFET-SE, para a realidade político-pedagógica da nossa instituição,na intenção de que as proposições locais façam dos nossos egressos profissionais indivíduos com inserção global e em sintonia ética, política, social e técnica com as necessidades sócio-laborais, locais e globais.

2.1 Desafios Locais e Globais

O Estado de Sergipe, em processo sensível de desenvolvimento sócio-político e econômico, requer que esta instituição tenha um comportamento de colaboradora na busca de participação efetiva na construção de uma nova realidade sócio-economica.

Portanto, é sem dúvida necessária a formação de profissionais em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade em geral, baseada em um mapeamento das perspectivas e possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico do Estado, buscando colaborar com os arranjos produtivos locais em um projeto macro de desenvolvimento regional/nacional. Assim, a nossa perspectiva de ação tem por base os seguintes norteadores, considerados como desafios balisadores:

1) A conjugação do PPPI, PDI com os PPCs de cada curso, considerando que, apesar da diversidade de caminhos, não há distinção hierárquica entre eles, devendo ambos constituir um processo dinâmico, intencional, legítimo, transparente, em constante interconexão com o contexto da instituição;

2) O PDI, em consonância com o PPPI, apresenta a forma como a instituição pretende concretizar seu projeto educacional, definindo as metas a serem alcançadas nos períodos de tempo definidos, e os recursos humanos e materiais necessários à manutenção e ao desenvolvimento das ações propostas.

O PPPI, PDI, PPCs e os Currículos, estes como elementos constitutivo do PPC, devem ser elaborados, analisados e avaliados respeitando-se os pessupostos político-filosóficos da Instituição e da região onde está inserida, conforme preconiza a legislação em vigor.

2.2 Interação com os PPCs

O PPPI é uma ação intencional, com um sentido explícito, e com um compromisso definido coletivamente. Trata-se de uma projeção dos valores originados da identidade da Instituição, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento, e deve delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão.

A construção do conhecimento e o exercício da prática tecnocientífica devem ser articulados no espectro de valores humanísticos, de forma que sua dinâmica e realização se configurem a partir do entendimento de que a ciência e a técnica não se apresentam apenas como meio ou dispositivo, mas, principalmente, como modo de inserção na realidade, de ação e interação do homem com o mundo.

Importante elemento da organização acadêmica, o currículo é concebido como um espaço de formação plural, dinâmico e multicultural, fundamentado nos referenciais sócio-antropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos em consonância com o perfil do egresso.

Estes referenciais instituem o currículo como um conjunto de elementos que integram os processos de ensinar e de aprender num determinado tempo e contexto, garantindo a identidade do curso e o respeito à diversidade regional. É um dos elementos constitutivos dos PPCs, construído coletivamente, tendo como orientação básica as

Diretrizes Curriculares Nacionais. O aperfeiçoamento do currículo deve considerar, também, os resultados dos processos da avaliação e da meta-avaliação.

Nesse documento de orientação acadêmica devem constar, dentre outros elementos: conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas no perfil do egresso; estrutura curricular; ementário, bibliografias básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais, serviços administrativos, serviços de laboratórios e infra-estrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso.

No caso específico dos cenários dos cursos já em funcionamento no CEFET-SE/IFET-SE, a construção dos “itinerários curriculares” vem sendo feita de forma colegiada com as atualizações contínuas e em consonância com as demandas técnicas, bem como com a legislação vigente, sempre de forma colegiada e com a devida participação dos pares. Desta maneira, as matrizes curriculares devem refletir as reais demandas sócio-antropológicas, psicológicas, epistemológicas e pedagógicas de cada um dos respectivos cursos bem como o delineamento do perfil do egresso desejado.

A operacionalização deste currículo demandará ações educativas que fomentem a construção de aprendizagens significativas e viabilizem a articulação e a mobilização dos saberes, estabelecendo um relacionamento ativo, construtivo e criador com o conhecimento. Destarte, para concretizá-lo, serão desenvolvidas diversas estratégias metodológicas de integração que, terão como princípios a interdisciplinaridade, a contextualização, a flexibilidade e a valorização das experiências dos alunos, vinculando-as aos saberes acadêmicos, ao trabalho e práticas sociais. Julga-se também imprescindível, a clareza na perspectiva do olhar docente e discente sobre as atividades pedagógicas, pois neste desenho curricular, o docente se posicionará como mediador do processo, o qual deverá estar preparado para enfrentar os desafios dessa ação educativa, que envolverá compromisso com o seu fazer diário, que também deve ser coletivo e passível de avaliação permanente. Quanto ao aluno, este será o protagonista do processo educativo, comprometendo-se com a construção dos valores que fundamentarão o seu desenvolvimento intelectual, humano e profissional. As atividades educativas estarão voltadas para assegurar a integração entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia, através da seleção adequada dos conteúdos e da inter-relação entre estes, bem como do

tratamento metodológico que será dado ao processo de construção do conhecimento, considerando a organicidade do currículo.

Nesta proposta, o termo integrar deve ser compreendido em uma perspectiva de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos (CIAVATTA, 2005, p.84).

2.3 Princípios Metodológicos da Concepção do Projeto

A metodologia participativa desenvolvida na construção do PPPI representa a implantação formal de um canal de interlocução e de produção coletiva, envolvendo os diversos segmentos da comunidade – professores, alunos, funcionários técnico-administrativos, gestores e a comunidade, em especial os pais dos alunos.

No primeiro momento, teremos como produto a conclusão do documento norteador, que é o resultado da tabulação de todo o material produzido pelos diversos grupos de trabalho e, nos momentos subseqüentes, nos organizaremos para manter o sentido de interlocução e revisita à prática, construindo com isso o **processo de reflexão-ação**, como requer a dinâmica da práxis educacional que se pretende com qualidade emancipatória.

Nesse processo, vemos que o PPPI é um instrumento de trabalho que mostra o que será feito em qual momento e de que maneira e para chegar a que resultados. Explicita um pressuposto político-filosófico e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da instituição traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso social.

Evidenciamos também que a fundamentação teórico-metodológica de cada temática abordada pelos grupos de trabalho será estudada, discutida e amplamente consensuada pelo coletivo dos participantes, os quais se tornam os representantes legítimos da comunidade acadêmica, já que todos estão convocados a participar e opinar.

Esclarecemos que ainda no processo, a estratégia do debate coletivo subsidiará simultaneamente os aspectos pedagógicos que irão sustentar as inovações didáticas e/ou fortalecer as estratégias já adotadas.

Quanto à operacionalização da proposta, situamos que caberá, inicialmente, à equipe organizadora da construção do PPPI, a responsabilidade pela mobilização dos diferentes segmentos, pela infra-estrutura necessária à realização das diversas etapas e acompanhamento do trabalho. Caberá à comissão de elaboração sistematizar as produções dos grupos nas diferentes fases do processo, registrando e produzindo o documento final que será validado por toda a comunidade do CEFET-SE/IFET-SE.

2.4 Interação do PPPI com o PDI da Instituição

O **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional** é um documento com horizonte de validade qüinqüenal em consonância com os Planejamentos Estratégicos de cada exercício, elaborado para um período determinado e é o instrumento de gestão que considera a identidade da própria Instituição, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver.

Como um instrumento de gestão flexível, o PDI pauta-se por objetivos e metas e sua elaboração deve ser de caráter coletivo. Os seus referenciais devem levar em consideração os resultados da avaliação institucional. Articula-se ao PPPI e apresenta necessariamente os seguintes eixos temáticos: perfil institucional; gestão institucional (organização administrativa, organização e gestão de pessoal, política de atendimento ao discente); organização acadêmica (organização didático-pedagógica, oferta de cursos e programas — presenciais e a distância); infra-estrutura; aspectos financeiros e orçamentários, sustentabilidade econômica; avaliação e acompanhamento do desempenho institucional e cronograma de execução.

2.5 Breve Histórico Institucional

O Estado Brasileiro, em 23 de setembro de 1909, através do Decreto nº 7.566, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, justifica a criação de uma rede de Escolas de Aprendizes e Artífices, motivado pela necessidade de atender aos “desfavorecidos da fortuna” (expressão contida no supracitado Decreto), isto é, prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência.

No final de 1930 as Escolas de Aprendizes e Artífices dão lugar aos Liceus Industriais. Esta mudança pouco altera os objetivos atribuídos àquelas; no entanto, é a partir de 1942 que, no lugar dos Liceus Industriais, surgem as Escolas Industriais e Técnicas, com o objetivo de oferecer formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Neste contexto, a mudança das instituições federais situa-se no espaço de significativas mudanças na economia brasileira que, entre os anos 1930/45, altera definitivamente o seu eixo, deslocando-se da atividade agro-exportadora para a industrial.

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias e passam a ser denominadas Escolas Técnicas Federais. Conseqüentemente, as instituições ganham autonomia didática e de gestão; com isso intensificam a formação de técnicos: mão-de-obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

O período da Ditadura Militar é marcado por profundas mudanças na política de educação profissional. Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira torna técnico-profissional, e de maneira compulsória, todo o currículo do segundo grau. Por conseguinte, um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Em 1978, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Tal mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição: formar engenheiros de operação e tecnólogos. O processo denominado de cefetização é extensivo, bem mais tarde, às outras instituições.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nº 9.394, é aprovada e no ano seguinte, através do Decreto 2.208, dá-se a regulamentação dos artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional. As mudanças alteram todo o processo para a qualificação de mão-de-obra. Em meio às transformações da educação profissional, retoma-se, em 1999, o processo, já iniciado em 1978: a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

O primeiro curso técnico criado foi o de Edificações, que começou a funcionar em 1962, seguido dos Cursos de Estradas, Eletromecânica, Eletrotécnica e de Máquinas e Motores. Todos eles em atendimento às necessidades do setor industrial que evoluía e necessitava de profissionais com formação mais especializada.

Em 1980, para suprir as demandas do mercado de trabalho, a Escola Técnica cria o curso de Química, voltado para a área industrial. Já em 1982, os cursos de Auxiliares Técnicos de Eletrotécnica e Telecomunicações, que vinham funcionando há mais de 20 anos, deram origem ao Curso Técnico de Eletrônica.

Nos passos do projeto educacional, o Governo Brasileiro assina convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), braço financiador da reforma. Tal medida concorreu, de certa forma, para acirrar os debates e impulsionar as Escolas no sentido de ganharem identidade própria e assumirem posição em face da realidade do mundo produtivo e da sociedade. Os anos 90 mereceriam, pois, análise especial e criteriosa, uma vez que as escolas da rede procederam a uma movimentação sem precedentes no que concerne à construção de suas propostas pedagógicas, tornando visível a opção de cada uma delas, baseada na maturidade construída sobre questões relacionadas principalmente com educação/trabalho/tecnologia e nas decisões que incidiam na formação do homem e referiam-se aos seus direitos de cidadania. A partir deste momento histórico, a reformulação curricular que se processou no interior dos CEFETs/IFETs eleva o potencial da Instituição, capacitando-a para responder aos anseios da sociedade e possibilitando mudanças significativas na realidade da região onde atua, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão. Esse processo construtivo (situado e datado), sintonizado com o desenvolvimento do País numa concepção de escala que vai do regional ao global, referenda essas instituições na produção e democratização do conhecimento em todos os

níveis e graus de ensino, sempre tomando como fundamento precípuo a dimensão humana da formação, traduzida no sentido da emancipação.

O acordo firmado entre o MEC e o BIRD, no ano de 1983, marcou política e financeiramente a ETF-SE. Desse acordo, resultou além da modernização de suas dependências, a construção da Unidade Descentralizada de Lagarto.

A política de interiorização do ensino concretizou-se em 1994, através da Portaria nº 489, de 06 de abril, que autorizou o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto, a qual começou a funcionar de fato no ano de 1995, ofertando os cursos de Edificações e Eletromecânica, seguidos, em 1996, do curso de Informática Industrial.

O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação estabelece o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II com objetivo de nos próximos quatro anos, 150 (cento e cinqüenta) novas unidades na Rede Federal de Educação Tecnológica, oferecendo ao país condições favoráveis à formação e qualificação profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino, suporte ao desenvolvimento da atividade produtiva,oportunidades de geração e disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos e estímulo ao desenvolvimento socioeconômico em níveis local e regional.

A definição das localidades contempladas orientou-se por uma abordagem multidisciplinar, fundamentada em análise crítica de variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais, com destaque para as seguintes finalidades:

a) distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino;

b) cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação;

c) proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento;

d) interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior;

e) redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos;

f) aproveitamento de infra-estruturas físicas existentes;

g) identificação de potenciais parcerias. “

Em Sergipe foram contemplandos os municípios:

Município	Mesoregião	Microregião	APL's
Nossa Senhora da Glória	Sertão	Sertão do São Francisco	Agricultura e Comércio
Itabaiana	Agreste	Agrestre de Itabaiana	Hortifrutigranjeiros Transporte Comércio
Estância	Leste	Estância	Agricultura, Comércio e Indústria

Quadro 1 Municípios Contemplados na Expansão

A CHAMADA PÚBLICA MEC/SETEC n.º 001/2007 tem por objeto a análise e seleção de propostas de apoio à implantação de Instituições Federais de EducaçãoTecnológica, visando ao estabelecimento de uma ordem de prioridade na implantação das novas instituições de ensino.

Por fim o Governo Federal vem propor aos CEFETs, através de Decreto, a transformação dos mesmos em **IFET-SE-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**.

2.5.1 Aspectos Legais e os Novos Paradigmas do Mundo do Trabalho

A Legislação Educacional consolida princípios que subjazem à nova onda de reestruturação educacional, a saber: individualismo-meritocracia, excelência-eficiência, qualidade total-produtividade, financiamento social-privatizações, expressas nas proposições abaixo:

- Os ajustes estruturais - reestruturação tecnológica e produtiva impostas aos países em desenvolvimento, que reduzem a cidadania à condição de consumidor e à cultura do universo econômico, a lógica do mercado;
- As exigências estabelecidas pelas agências financiadoras como o Banco Mundial, que vem participando da definição de políticas educacionais no Brasil. ("El desarrollo en La Practica: La Enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiencia").
- A necessidade de sintonizar a Educação com uma Nova Ordem Mundial a fim de adaptar diferentes perfis profissionais às contínuas transformações do mercado de trabalho, visando à adaptação dos profissionais graduados aos novos paradigmas da sociedade moderna - o Paradigma Científico-Tecnológico, para enfrentar o desafio do cenário mundial, que se caracteriza pelo

uso de novas tecnologias, pelo processo de globalização e da transformação da geopolítica mundial.

Somam-se esforços, por um lado para isentar o Estado do financiamento, por outro, para ampliar o controle ideológico. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Educação evidenciam tal estratégia política.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são orientações do MEC, a respeito da Direção do Processo de Formação nos Projetos de Escolarização do Sistema Nacional de Educação. Ou seja, representam a direção e a centralização da orientação curricular sob a baliza do Estado.

A política do MEC, no que diz respeito ao ensino superior, refletem as recomendações do Banco Mundial, reconhecidas no documento "El desarrollo en La Practica: La Enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiência".

Atualmente o Decreto 6.095 (de 24/4/2007) estabelece diretrizes para o processo de integração de Instituições Federais de Educação Tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

2.6 Inserção Regional e Local

No período compreendido entre o final da II Grande Guerra e o início dos anos 90, a educação passou por profundas transformações, microscópicas e macroscópicas e de alcance mundial que podem ser divididas em duas fases distintas.

Na primeira fase, que se estende até meados dos anos 70, ocorreu uma “explosão” no crescimento dos sistemas educacionais em praticamente todos os países do mundo. Os principais indicadores educacionais apresentaram crescimento antes nunca verificado em qualquer período da história da humanidade.

No tocante aos gastos públicos no setor, os dados estimados indicam que, em 1965, 4,9 % do PNB (Produto Nacional Bruto) mundial eram aplicados em educação, representando cerca de 95,7 bilhões de dólares correntes. Os gastos educacionais representaram 5,8 % do Produto Nacional Bruto (PNB), totalizando 348,6 bilhões de dólares. (Unesco, 2004)

A centralidade do conhecimento (da informação, da produção do conhecimento e de sua difusão), a necessidade de inserção local das novas práticas operativas, as demandas do mundo do trabalho local e global, a situação implícita na mudança da concepção de conhecimento parece ser uma idéia para a qual convergem todos os discursos, todas as propostas, todos os chamados atores sociais. Afinal, quem poderia negar que o impacto da globalização associado a revolução tecnológica impõe um novo padrão de conhecimento:

- menos discursivo,
- mais operativo;
- menos particularizado,
- mais interativo,
- comunicativo;
- mais pragmático;
- menos setorizado,
- mais global;
- não apenas fortemente cognitivo,
- mas também valorativo, atitudinal.

Como demonstração desta preocupação podemos questionar em nossos processos e projetos pedagógicos: Em que medida os critérios pensados para estabelecer os conteúdos e metodologias levam em consideração aspectos da cultura universal indispensáveis para a formação do cidadão, mas que não são imediatamente traduzíveis em uma pedagogia que tem como paradigma o saber fazer, o saber usar, o saber se comunicar igualmente inseridos na cultura e nos padrões éticos regionais e locais?

Na forma como vem sendo posto na atualidade, a questão do conhecimento não constitui apenas um tema fundamental para a Epistemologia, a Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento e a Sociologia do Conhecimento. O tema do conhecimento é hoje uma questão política, central para todas as áreas. A discussão das reformas educativas na América Latina, em especial no Brasil, não pode prescindir dessa temática e, muito menos, a proposta de elaboração de projetos de cursos que não considerem estes aspectos de cunho fenomenológico.

No caso específico desta região do Brasil, no estado de Sergipe e na localidade da grande Aracaju, atravessa-se um processo de busca da estabilização econômica e de reestruturação industrial em decorrência de um momento de profundas mudanças

estruturais no cenário internacional. A intensificação de internacionalização do capital, força as empresas brasileiras a um processo de modernização administrativa, gerencial e produtiva em que os investimentos em novos conhecimentos, ou no aperfeiçoamento dos existentes constituem ações necessárias para enfrentar as transformações dinâmicas do ambiente econômico competitivo internacional, as exigências do mercado e a consolidação dos blocos regionais de comércio como o MERCOSUL e a ALCA.

A combinação simultânea dos processos de globalização, abertura comercial, estabilização e a privatização está pressionando as empresas brasileiras a reduzirem seus custos, aumentarem a produtividade e a adotarem novas tecnologias. O impacto destas transformações na economia brasileira tem sido significativo.

2.7 Relações Consideradas no Processo de Construção Coletiva: Sociedade, Tecnologia, Trabalho, Cultura e Educação

Nas perspectivas atuais no cenário mundial, na denominada sociedade do conhecimento e da informação, assiste-se continuamente às grandes mudanças sócio-político-econômicas e suas repercussões na ciência, na tecnologia, na cultura, nos modos de vida e nas perspectivas para o desenvolvimento da humanidade.

A educação profissional no Brasil encontra-se num momento de reestruturação em virtude da mudança da organização mundial do processo produtivo, que migra do processo fabril de produção em série para o processo de produção flexível. A mudança ocorrida de forma digital, isto é, num salto, inseriu um ruído na organização social e fez entrar em oscilação toda a estrutura produtiva e educacional com um amortecimento lento, assistimos mudanças no mundo do trabalho, na tecnologia e em desdobramento mudanças culturais profundas.

Segundo Aranha e Martins (1992), somente o homem é transformador da natureza, e o resultado dessa transformação se chama cultura. Para operar essa transformação o homem inventou símbolos com os quais pode lidar abstratamente com o mundo que o cerca, comunicar-se através do diálogo e obter o entendimento do discurso do outro. Através da linguagem simbólica o homem não está só presente no mundo, é também capaz de representá-lo, recriar situações passadas e antecipar o futuro. O homem torna possível o desenvolvimento da técnica e, portanto, do trabalho humano.

Esse processo de produção do ser humano resulta da unidade de três elementos fundamentais e diversos: natureza; indivíduo e relação social, sendo que o terceiro é determinante dos dois primeiros. Segundo Frigotto (2001, p.30), citando Gramsci, a natureza e a individualidade:

> "(...) são tecidas pela materialidade concreta do conjunto de relações sociais possíveis. Pensar um sujeito humano fora das relações sociais ou separar o mundo da necessidade do mundo da liberdade, do trabalho e do não trabalho, é inscrever-se numa compreensão idealista de sujeito humano. Por outro lado, a subjetividade produz-se dentro de processos históricos e não pode ser, portanto, entendida como algo naturalmente emanado dos sujeitos (supra-históricos)."

As relações sociais entre trabalhadores, empresários e Estado, no final do século XX e início do século XXI, passaram por redefinições estruturais profundas.

Com isto o processo educativo, tendo-se como o conjunto de todas as ações conscientes, pelas quais o ser humano apreende o mundo exterior, e a apreensão do mundo exterior, ou seja, a educação, é uma atividade inerente do ser humano em qualquer condição.

Pensar as desigualdades existentes entre estes elementos e entre as classes sociais, entre sexos, entre grupos étnicos de forma histórica é o primeiro passo para superá-las. Sabemos também que em cada sociedade e cada época histórica tem uma determinada concepção do ser humano ou, uma imagem-ideal do homem. Essa imagem-ideal vai dar forma ao processo educativo.

Assim a nova estrutura do modelo capitalista, resultante da evolução tecnológica e da modernização dos meios de produção, entre outros fatores, interfere de forma radical no processo educativo gerando um novo perfil de trabalhador frente ao terceiro milênio de sorte que quanto mais a ciência é incorporada no processo de trabalho, tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne a máquina, tanto menos controle e compreensão da máquina tem o trabalhador.

Em respostas a estes desafios, as empresas passam a buscar formas que reduzam os custos de capital e as necessidade de capital circulante, diminuindo, por exemplo, seus estoques; a encurtar, cada vez mais, os tempos gastos com a fabricação e a comercialização; a procurar uma melhor qualidade da produção; a se pautar pela

flexibilidade de modo a atender, ao mesmo tempo, mercados distintos e a montar uma organização mais leve e ágil nas respostas às necessidades emergentes.

Nesse contexto de crises, de incertezas e de profundas transformações, é que se insere a atuação das instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica.

2.7.1 Na Interação com os Problemas Locais

A globalização, embora anuncie a inserção de todos, gerou a exclusão dos países pobres e em desenvolvimento do acesso a condições de vida que representam a dignidade humana.

Há que se considerar também que vivemos problemas de toda ordem, tais como:

- **Sociais**: empobrecimento da maior parte da população expresso na miséria e na fome; déficit de saneamento básico; falta de segurança pública; condições precárias de saúde física e mental; descaso com a educação; precarização das condições de trabalho expressa em elevadas taxas de desemprego, baixos níveis salariais e carência de mão de obra qualificada. Notoriamente, a exclusão social cresce a cada dia, marcada pela má distribuição de renda, pela desigualdade social que repercute em desemprego, violência, uso de drogas e prostituição.
- **Políticos**: concentração de poder político sustentado na força econômica; perdas de direitos sociais adquiridos; ruptura com preceitos éticos expressa em corrupção, lavagem de dinheiro, má administração pública e tráfico de influência.
- **Econômicos**: constituição de blocos econômicos que determinam relações baseadas na maximização dos lucros; concentração do conhecimento (ciência e tecnologia) nas mãos de grandes grupos econômicos, colocando os países em desenvolvimento na condição de meros reprodutores e consumidores de tecnologia; imposição de princípios ditados pelas empresas transnacionais; protecionismo aos países desenvolvidos; queda em investimentos no setor industrial e rural; expansão no setor de serviços cada vez mais caracterizado pela informalidade das relações de trabalho; sobreposição de valores pautados na competitividade e no empreendedorismo a valores de solidariedade e coletividade.
- **Culturais**: imposição de valores de determinados grupos sociais; consumismo; banalização do sexo e da violência devido ao uso de novas tecnologias de informação e de comunicação; hegemonia cultural devido à globalização e à imposição de determinados modelos da ciência e da tecnologia; xenofobia;

submissão à velocidade das transformações materiais em detrimento do tempo de contemplação; preconceitos às minorias.

- **Religiosos**: utilização da religião para fins econômicos e políticos, gerando conflitos entre os povos.
- **Ambientais**: vivemos outros problemas de dimensão planetária relacionados às questões ambientais, tais como a poluição e o consumo irresponsável de recursos naturais como a água e a energia. Inundações, seca, processos de desertificação, furacões, terremotos, destruição da camada de ozônio, extinção de espécies, desastres ecológicos, incêndios nas florestas são, certamente, respostas às posturas inadequadas do ser humano no que se refere ao uso de matéria prima proveniente da natureza, ao saneamento e à saúde.

Em especial no Nordeste do País e no Estado de Sergipe, por sua vez, convive-se com elevado êxodo rural e o conseqüente empobrecimento urbano, situações estas decorrentes de políticas marcadamente populistas, que não produzem mudanças reais nas condições de vida da população e de baixos investimentos na educação. Vivem-se profundas mudanças no mercado de trabalho. Inicialmente aconteceu a restrição de vagas no mercado tradicional e, em seguida, exigiu-se uma mão-de-obra mais especializada, impossibilitando o imediato aproveitamento dos que perderam suas vagas.

Se considerarmos os problemas expostos e o entorno da Instituição, vamos observar que as mazelas sociais se aproximam. Já convivemos com a violência na capital, Aracaju, devido aos processos de exclusão.

Apesar desses problemas afetarem mais diretamente as classes populares, é preciso notar, por exemplo, que a violência é um fenômeno mundial que acontece em qualquer classe social. Temos vários tipos de violência, tais como a fome, a falta de escola, os atentados, os seqüestros, os conflitos entre povos, a população reprimida, os preconceitos às minorias. Omitimo-nos porque muitas dessas manifestações de violência ainda parecem distantes. Entretanto, já não podemos nos isolar, pois embora sejamos uma comunidade pacífica, assimilamos sobremaneira o individualismo.

O quadro sócio-histórico-educacional aqui exposto ressalta uma gama de problemas de tal amplitude que sugere ser inatingível qualquer possibilidade de

transformação para melhor. Entretanto, é necessário registrar que ao longo das discussões que explicitaram o referido quadro, os sujeitos envolvidos manifestaram suas visões movidos pelo desejo de transformações. Suas reflexões sugerem que a escola, imbuída de sua função social, poderá contribuir com as transformações atuando criticamente para reconstruir as representações que os sujeitos têm da realidade, de modo a promover a mudança de postura e de prática diante dessa realidade. Isso é visível quando professores, alunos e servidores técnico-administrativos e discentes anunciam DESAFIOS a serem assumidos pela Instituição, tais como:

- Assegurar o caráter público e gratuito da Instituição visando à inclusão educacional e social;
- Orientar as ações com base em pressupostos éticos entendendo que a sociedade vive uma crise de valores no que tange ao convívio social, à manutenção da paz, ao respeito aos direitos humanos;
- Proporcionar condições para que o aluno torne-se capaz de fazer intervenções no tecido social contribuindo para a superação de desigualdades;
- Atuar diretamente em problemas da comunidade;
- Construir a identidade coletiva e a autonomia da Instituição;
- Criar condições para que os servidores atuem de modo responsável e comprometido com a função social da Instituição;

Esses desafios implicam na quebra de muitos paradigmas relacionados à função da Escola na sociedade e remetem à educação como condição de libertação do homem. Ter direito à liberdade, à justiça e à dignidade é condição indispensável para a construção de uma nova ordem sócio-política.

Mobilizar-se nessa direção significa coordenar toda e qualquer ação que repercuta em exploração do Ser Humano e atuar para humanizar o globo e não globalizar o homem.

2.8 A Inserção Regional do CEFET-SE/IFETs

O **CEFET-SE/IFET-SE** é constituído da Unidade Sede, localizada na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe e da Unidade de Ensino Descentralizada de

Lagarto. Configura-se como uma Instituição de Educação Profissional e Tecnológica, com abrangência que extrapola o Estado, pois contempla, alguns municípios limítrofes do estado da Bahia, através da sua Unidade Descentralizada.

A sede do **CEFET-SE/IFET-SE** situa-se em área urbana que dista 3Km do centro da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, em local de fácil acesso, tanto para a zona sul (comercial), quanto para a zona leste (industrial).

Além desta área de influência, a sede deste Centro mantém forte vinculação com os municípios de Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e, ainda São Cristóvão, situando-se num contexto geopolítico que abrange um universo de 129.184 pessoas, de 0 a 14 anos; 46.324 de 15 a 19 anos e, 44.432 acima dos 19 anos, no município sede (IBGE-2000).

Nessa região estão instalados cerca de 1.500 estabelecimentos industriais, havendo predomínio das pequenas e micro empresas. Nos últimos anos, tem se registrado um alto índice de crescimento demográfico, especialmente nas localidades em torno da grande Aracaju.

A Unidade de Ensino Descentralizada situa-se em área rural, que dista 5 Km do centro da cidade de Lagarto, situada na região centro-sul do estado de Sergipe, a 75 Km da capital. A localização do município faculta a sua clientela o fácil acesso, uma vez que sua posição é quase central na referida região. Lagarto está entre os quatro maiores municípios do Estado, possui uma população de aproximadamente 100.000 habitantes e uma economia baseada no comércio, indústria e agroindústria, ocupando uma posição privilegiada que lhe permite ser uma referência para as cidades de Tobias Barreto, Simão Dias, Riachão do Dantas, Pedrinhas, Boquim, Salgado, Paripiranga/BA e Rio Real/BA.

Após consulta à comunidade, através de edital de chamada pública, optou-se por propor a implantação gradativa de outras unidades nos seguintes municípios: Estância, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória.

É função deste Centro promover a formação Profissional e Tecnológica do cidadão, ofertando com qualidade, ensino, pesquisa e extensão em sintonia com os avanços científicos e tecnológicos, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural da Região.

Considerando o papel que as instituições de educação profissional assumem na contemporaneidade, frente aos desafios oriundos de um contexto sócio-econômico e

cultural em constante transformação, o **CEFET-SE/IFET-SE** adota uma nova postura diante dessa realidade, onde a educação é chamada a interagir com a tecnologia, em busca de garantir inovações e aplicações no sistema produtivo e no enfrentamento dos desafios de um mundo crivado de tecnologias em todos os setores da vida social.

Nessa perspectiva, é que o **CEFET-SE/IFET-SE** se insere com o compromisso de viabilizar uma articulação efetiva da Educação Profissional e Tecnológica em seus vários níveis e modalidades de ensino, com ênfase em uma prática pedagógica que integre a pesquisa e extensão, bem como estreitando, de forma bastante acentuada, a sua relação com o sistema produtivo e as demandas sociais.

A Instituição vem orientando a sua prática, vislumbrando o cenário do mundo do trabalho, não de forma mecanicista, preparando o jovem apenas para o emprego, mas gestando saberes que permitam a sua inserção pró-ativa em processos produtivos formais e informais. Esses saberes são construídos no ambiente escolar e fora dele, cabendo à escola sistematizá-los, tornando-se um laboratório ilimitado de geração de aplicação de novos conhecimentos.

Com a implementação da proposta de ifetização, a Instituição vem sendo impulsionada a ampliar a sua atuação e abrangência, potencializando o seu papel de eixo de referência da Educação Profissional e Tecnológica do Estado.

Diante desse novo referencial de educação e de desenvolvimento, o **CEFET-SE/IFET-SE** se colocará no cenário estadual como um centro de referência de Educação Profissional e Tecnológica do Estado.

Vislumbra-se um dimensionamento mais significativo da sua área de atuação nos tecidos social e produtivo, descortinando uma realidade regional que demanda atividades mais intensas que articulem e integrem a produção de saberes e serviços, empregando novas tecnologias como atribuição para o desenvolvimento de Sergipe e da nossa Região.

2.8.2 Finalidades

O **CEFET-SE/IFET-SE** tem por finalidade:

- ✓ Formar e qualificar profissionais em cursos e programas de formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação;
- ✓ Realizar pesquisa aplicada;

- ✓ Promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

2.8.3 Objetivos

2.8.3.1 Objetivo Geral

I-Ministrar ensino em grau superior:

a) De graduação e pós-graduação *"lato sensu"* e *"stricto sensu",* visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
b) De licenciatura, com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas;

II-Ministrar cursos técnicos, em nível médio, visando a formação de técnicos;

III-Ministrar cursos de educação continuada, visando atualização e o aperfeiçoamento de profissionais da área tecnológica;

IV-Realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade, mediante cursos e serviços.

2.8.3.2 Objetivos Específicos

a) Estimular **procedimentos que fomentem o planejamento participativo**, envolvendo o coletivo desta Instituição, no processo de ação-reflexão, assegurando a participação substantiva da comunidade interna, mantendo constante o desafio **para o engajamento no processo de construção e auto-avaliação institucional**.

b) Firmar **convênios e parcerias,** objetivando o desenvolvimento de projetos que assegurem a **atualização tecnológica dos ambientes de ensino e pesquisa**, estabelecendo uma sintonia com o mundo produtivo e as demandas sociais.

c) Implantar um **sistema de comunicação** interna e externa que promova a realização de um programa contínuo de **endomarketing e marketing** no **CEFET-SE/IFET-SE.**

d) Criar **novos cursos superiores** nas Unidades Sede e na Unidade de Lagarto, Unidade de Estância, Unidade de Itabaiana e Unidade de Nossa Senhora da Glória, atendendo às demandas expressas em **pesquisas de cenário do Mundo do Trabalho**, relacionando, sempre, a oferta às condições de infra-estruturas física e humana do **CEFET-SE/IFET-SE.**

e) Implementar **projetos de extensão**, que assegurem a transformação do conhecimento em bens e serviços, que agreguem valor e tragam benefícios financeiros e/ou sociais às comunidades da área de abrangência deste **Centro.**

f) Implantar um **núcleo de pesquisa e consultoria tecnológica**, constituído por doutores e mestres do **CEFET-SE/IFET-SE**, com o apoio financeiro de fundações e empresas, para o desenvolvimento de **pesquisas aplicadas** em busca de **soluções tecnológicas,** demandadas pelo sistema produtivo e a sociedade.

g) Implantar uma **célula de gestão empreendedora**, multidisciplinar, coordenada por especialistas na área, que darão consultoria e suporte no fomento da cultura empreendedora no **CEFET-SE/IFET-SE** e comunidade externa.

h) Criação de um **Pólo Cefetiano de Novas Tecnologias – CENFENTEC-SE**, que viabilizará a inserção do **CEFET-SE/IFET-SE** no cenário estadual e regional na produção de novas tecnologias para o emprego destas em pesquisas e no sistema produtivo, bem como assegurando a qualificação de trabalhadores que ocuparão novos nichos de emprego.

i) Quantificação do corpo funcional docente por área profissional e qualificação, promovendo relocações em áreas com maior demanda, orientando coerentemente as novas aquisições para complementar e/ou ampliar o referido quadro.

j) Promover qualificação docente "*strictu sensu*", através de cursos em níveis de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado **EAD (educação a distância)** e/ou presenciais, na Instituição, em áreas estratégicas, através de **convênio com Centros de Excelências Nacionais.**

k) Inserir o **CEFET-SE/IFET-SE** em todos os Conselhos de Ciências e Tecnologias do Estado e Regiões de influência.

l) Redimensionar a Diretoria de Relações Empresariais, tornando-a uma assessoria estratégica de articulação da Vice-Direção em P&D, tendo em vista a importância da articulação entre o Centro, o mundo do trabalho e a sociedade.

2.8.4 Finalidades

Os Centros Federais, de um modo geral, têm por finalidade, conforme rege o Estatuto destes, aprovado pelo Decreto n.º 2.855, de 2 de dezembro de 1998,

> "(...) ***formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino para os diversos setores da economia, realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada***".

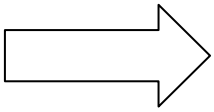
A estrutura organizacional das Escolas Técnicas Federais sofreu uma modificação bastante expressiva a partir junho de 1998. Essa mudança foi implementada pela Portaria Interministerial (MEC/MARE) n.º 414, publicada no DOU de 25 de maio 1998, regulamentando a Medida Provisória 1.657-18, da qual foi originada a Lei 9.640, publicada no Diário Oficial da União em 26 de maio de 1998.

A nova estrutura foi consolidada com a publicação do Decreto n.º 2.855, realizada em 2 de dezembro de 1998, que aprovou o novo Estatuto das Escolas Técnicas, definindo as competências dos órgãos da estrutura básica destas. Já o Regimento Interno foi aprovado pela Portaria n.º 817, de 18 de maio de 1999, do Ministro de Estado da Educação.

Por fim o Governo Federal vem propor aos CEFETs/IFETSE, através de Decreto, a transformação dos mesmos em **IFET-SE-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**.

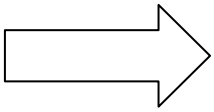
2.8.5 Missão

Na construção da nossa missão estabelecemos a seguinte propositura:



Contribuir com a educação do cidadão em bases científicas e ético-políticas, para que possa participar produtivamente do desenvolvimento social e tecnológico.

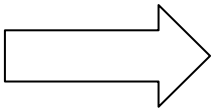
e a nossa propositura de serviços:



Oferecer educação profissional e tecnológica nos diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão.

2.8.6 Visão

A nossa proposta de visão institucional é a de:



Ser modelo educacional de desenvolvimento social e referência na área tecnológica.

Ser reconhecida por estar comprometida com o crescimento social e econômico local.

3 Princípios Filosóficos e Teóricos-Metodológicos que Norteiam a Prática Acadêmica Institucional

O ser humano é um ser singular com capacidade de amar, questionar, refletir, aprender, transformar e interagir com a realidade que o rodeia. Um ser humano, com possibilidades para desenvolver as suas capacidades e superar seus próprios limites numa vida em harmonia com a família e a sociedade. O seu desenvolvimento acontece alicerçado, dentre outros, em valores de justiça, lealdade, dignidade, bondade e solidariedade, tornando-o um ser ético.

O CEFET-SE/IFET-SE tem em sua base filosófica uma concepção de ser humano que possui consciência de si mesmo, que se caracteriza como um ser crítico, com auto-estima elevada, justo e leal aos princípios da ética e da moral que delineiam a conduta humana e tem como compromisso materializar esses princípios na formação dos profissionais. Através da autoconsciência o homem é capaz de pensar sobre seu existir, fazer uma análise do passado e projetar seu futuro.

A liberdade é inerente ao ser humano e permeia suas ações quando não impedida por atitudes externas que, no seu pleno gozo, faz prevalecer o direito ao exercício da cidadania.

A ética da identidade assume como básicos os princípios da política da igualdade e por isso requer o desenvolvimento da solidariedade e da responsabilidade, estes últimos, em um mundo de trabalho cada vez mais competitivo, só podem ser concretizados pelo respeito às regras, o reconhecimento de que ninguém tem direitos profissionais adquiridos por causa da origem familiar, indicações de pessoas poderosas ou privilégios de corporações.

Acreditamos que a construção de uma sociedade mais justa, calcada em valores que fomente a ética participativa e atuante em que a população seja verdadeiramente o autor do palco social, tem por base o envolvimento e o comprometimento de todos os segmentos da sociedade num efetivo exercício de cidadania.

O **CEFET-SE/IFET-SE** convenciona como compromissos, na sua área de atuação, o desenvolvimento de uma educação profissional de qualidade, constantemente confrontada e atualizada, e a melhoria continuada de seus serviços, ambos pautados pelas demandas de seu contexto regional, pela gestão baseada no diálogo, pela adequabilidade da práxis educativa, observando sempre o princípio de indissociabilidade:

- do ensino: atribuindo-se a obrigação de preparar o profissional para a atividade profissional; de instruí-lo na reflexão crítica e na prática da cidadania; de habilitá-lo para ser partícipe na produção, sistematização e superação do saber;
- da pesquisa: que concebe em sua função didática e direciona para a busca de novos saberes constituídos à luz da intervenção do sujeito sobre sua própria realidade e cuja relevância é aquilatada, não apenas academicamente, mas pela sua origem e suas finalidades sócio-educativas;
- da extensão e prestação de serviços: adotando como cultura institucional de busca da inclusão social mediante a qual se consolida a interação com a sociedade; favorece a contextualização do conhecimento pela troca de experiências, pelo legado da criação cultural e dos saberes gerados e sistematizados mediante a pesquisa e pelos programas em parceria de educação continuada e ação comunitária;

3.1 A Proposta Político-Social da Instituição

O contexto sócio-político no qual estamos inseridos nos permite considerar a proposta educacional, política e cultural que determine a construção de um plano pedagógico que atinja as finalidades da Instituição, definindo seu papel de forma clara, suas formas operacionais e os caminhos que pretende seguir.

Neste contexto exige-se pensar nos rumos da escola, quais são as suas tendências majoritárias e suas alternativas. Desta forma, consideramos que a Instituição que não refletir sobre este momento crucial será, inevitavelmente, levada a deriva dos interesses mais conservadores da sociedade em que vivemos. Assim sendo, é inevitável e imprescindível a modernização das instituições transformando-as num local privilegiado onde o saber não é seu único universo, mas também o de preparar indivíduos críticos, sociais e competitivos para o mundo do trabalho.

Dentro desta nova tendência pedagógica, o CEFET-SE/IFET-SE busca construir o

seu PPPI de forma participativa, aglutinando crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar e do contexto sócio-cultural e científico, constituindo-se em um compromisso político-pedagógico.

Sendo assim, para um resultado mais eficaz a ser alcançado a comunidade necessita planejar seus desejos e suas idéias para que suas ações sejam interrelacionadas e/ou integradas na direção de um objetivo maior que é o cumprimento da sua função social.

3.3 A Inserção Institucional na Proposta da Ifetização

3.3.1 Evolução Histórica da Proposta de Ifetização

Com o Projeto de Expansão da Educação, o Governo Brasileiro assina convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), braço financiador da reforma, o que concorreu, de certa forma, para acirrar os debates e impulsionar as escolas no sentido de construir uma identidade e assumirem posição face à realidade do mundo produtivo e da sociedade.

A proposta de criação dos **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia - IFET**, cuja principal referência, no momento, é o Decreto No 6.095, de 24 de abril de 2007. Documento este, fruto dos debates, no âmbito do CONCEFET, que sucederam a apresentação da proposta de criação dos IFETs dentre as medidas contidas no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE do II Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e representa o sentimento dos Diretores Gerais de que a nova construção institucional pode melhor traduzir, o significado da Educação Profissional e Tecnológica, enquanto modalidade potencializadora do indivíduo no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimento a partir de uma prática interativa com a realidade.

Assim, basendo-se no fato de que os IFETs podem se constituir em fundamentais espaços voltados para o desenvolvimento sócio-econômico regional a partir de uma conduta articulada ao contexto produtivo do território onde está instalado, que significa relacionar o seu trabalho à vocação produtiva e demandas do seu "*lócus*".

No atual cenário, essa rede de escolas federais pode se ocupar de forma substantiva de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o

desenvolvimento local e regional, como a melhoria do padrão de vida da população de uma região geograficamente delimitada, em grande parte fruto do maior dinamismo das atividades produtivas aí presentes; maior dinamismo como resultado de alterações fundamentais na estrutura da economia da região, em boa parte provocada pelo incremento de conhecimento, tecnologia e mão-de-obra-qualificada. A conformação das unidades descentralizadas vinculadas à existência dos IFETs constroem um universo de atuação que pode potencializar esforços no sentido de mudar uma realidade local considerando como espectro as potencialidades das mesorregiões.

Esta proposta de reestruturação organizativa da Educação Profissional e Tecnológica deve ser concretizada também em função das novas demandas colocadas pelo atual contexto histórico e regional.

Considera-se, portanto, que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia deverão garantir a perenidade das ações, por meio das políticas públicas e de financiamento, que visem incorporar setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização no Brasil.

O novo escopo que então passou a ser delineado veio permitir o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, em diferentes setores do conhecimento para diferentes áreas do mundo do trabalho.

Além da formação nas diferentes áreas profissionais em níveis técnico e tecnológico, a legislação dispõe, ainda, sobre a formação de professores “ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica” (Decreto Nº 5.224, Artigo 4º, inciso VII).

A preocupação com a boa formação profissional não poderia estar dispersa da qualidade dos professores. A lógica da formação qualificada inclui educadores qualificados. Deriva daí a oferta de cursos de licenciatura e de programas especiais de formação pedagógica para professores da educação básica e profissional.

Essa ação atribuída ao CEFET-SE/IFET-SE completa um ciclo de objetivos institucionais em que sua atividade transita do particular para o universal e nessa perspectiva, o CEFET-SE ganha a condição de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, ou seja, uma Instituição Profissional de Educação Ciência e Tecnológia. A formação oferecida pelo CEFET-SE/IFET-SE abrange todas as áreas do conhecimento, considerando que os PPCs em diversos níveis e modalidades que vai desde a formação

inicial e contínua até a pós-graduação. A proposta dos IFETs estará representando o compromisso da esfera federal no sentido de melhorar, de forma sistêmica, a formação profissional dos trabalhadores nas diversas áreas por todo o território nacional.

A abrangência de modalidades de ensino dos IFETs vai permitir ao IFETSE uma identidade ímpar dentre as instituições educacionais: a flexibilidade curricular de verticalização da formação do estudante a partir da educação de nível médio integrada à educação profissional de nível técnico, e essa articulada com a graduação tecnológica, com as especializações e com a pós-graduação. O itinerário percorrido pelo formando da educação básica até a educação superior dentro dessas Instituições, numa mesma área de conhecimento científico e tecnológico, trata-se de um modelo de qualidade educacional já aprovado no país, pelos resultados de destaque obtidos pelos egressos dos CEFET-SE/IFET-SE.

Além destas caracterísitcas também irá agregar-se as práticas operativas de Pesquisa, Inovação Tecnológica e Democratização do Conhecimento Científico visto que nas sociedades modernas, a institucionalização das áreas de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, fortalece o campo de atuação do Estado como agente de indução e mediação junto ao setor produtivo.

4 Cenário Atual: Diagnóstico e Metodologia

4.1 Princípios Fundamentais

É consenso entre os estudiosos e profissionais da educação o valor inestimável do Projeto Pedagógico no cotidiano de uma Instituição Educacional e no caso especial de uma Instituição Pública, o consenso torna-se generalizado quando o processo de construção do PPPI é coletivo e passa a ser balizado por princípios norteadores de importância social. Assim, deste documento, emanam as concepções e finalidades que norteiam as mais variadas situações de aprendizagens. Congrega o passado, o presente e o futuro. Confere o mais importante: a **identidade institucional**.

Nesta proposta de investigação e construção continuada do **PPPI**, o que se pretende fazer é uma pesquisa e uma análise sobre o projeto pedagógico de cada curso, confrontando-os com a realidade educacional: condição necessária para a sondagem e o delineamento das implicações que dão sustentabilidade ao processo educativo de uma Instituição ao tempo que, com estas consultas, pretende-se atualizar os mesmos **PPC**s e direcionar de forma uníssona o **PPPI** da Instituição.

Na nossa compreensão sobre projeto pedagógico, implica analisar detalhadamente todo o contexto escolar, lócus originário e originante do projeto de cada curso, levando-se em consideração que o cotidiano de uma Instituição educacional para todos se apresenta como chance de aprendizado, vivência dos sonhos e troca de saberes. O PPPI, coração da escola, é a herança do passado, a vitalidade para o presente e o anseio de remodelação em vista de um futuro próximo.

Entendemos também este projeto como sendo o plano global da Instituição, envolvendo em especial os aspectos pedagógicos, seus princípios e suas práticas. Isto implica que a sua visão e julgamento da realidade, bem como das propostas de ação para concretizar o que se propõe, a partir do que vem sendo realizado, demandam ações interativas entre os diversos participantes.

Definir o projeto pedagógico como plano global da Instituição de ensino significa também fazer dele o pré-requisito básico para que alguém faça parte do corpo docente e

da equipe técnico-administrativa. É entender que nenhuma atividade educacional pode ser feita a esmo, sem referência ao que a Instituição como um todo se propõe alcançar.

4.2 A Proposta de Construção Coletiva

Assim, definindo etimologicamente, projeto pedagógico é, então, o que resulta de um trabalho conjunto, pensado e elaborado em favor do bem comum. Uma proposta para o porvir de uma Instituição de ensino e, no caso específico, de uma Instituição pública, o viés **político** torna a construção, que já é coletiva, legítima representante dos anseios da comunidade onde está inserida.

O projeto também busca um rumo, uma direção.

É uma **ação intencional**, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente e também é intenção a construção coletiva. Por isso, todo projeto pedagógico de uma Instituição de ensino, também, é um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico, com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

4.2.1 A Importância Conceitual

A construção coletiva da proposta pedagógica é uma atitude conseqüente e compromissada num mundo em permanente mudança.

A construção continuada desse projeto implica as tarefas coletivas de pensar/escrever o projeto, pensar/ aplicar o projeto, pensar/avaliar o projeto e pensar/atualizar o projeto. Tais tarefas não ocorrem em momentos separados, mas num movimento que as integram, permeadas pela articulação teórico-aplicativa.

4.2.2 Elementos Estruturais Formais do PPPI

A estrutura de um projeto é feita de elementos. O termo “elemento” reporta aquilo que é “elementar”, “básico” e “indispensável” na instauração do processo educacional. Assim, estes elementos devem e, no nosso caso, foram de fato discutidos com a comunidade em ações de sensibilização, seguidas de formação de grupos de trabalho onde os diversos temas foram discutidos e refletidos de forma coletiva e livre.

Não obstante, este processo não anula, muito menos nega, o já instituído, ao contrário, faz dele o ponto de partida para a elaboração/realização do novo ideário educacional, de um repensar contínuo da Instituição, oriundo da própria Instituição e dos seus partícipes.

Mais do que isso, confere unicidade e solidez.

Com esta estrutura considera-se que a aprendizagem é a floração das sementes lançadas no canteiro das idéias, da realidade institucional e da ousadia dos educadores ao se lançarem de encontro à comunidade, validando as propostas delineadas pelos itens citados anteriormente.

Assim, a aprendizagem é o processo e, ao mesmo tempo, a meta dos empreendimentos educacionais. É o paradigma que avaliza, ou não, a suposta qualidade no ensino. O termo “aprendizagem” não esconde segredos. Denomina todo o processo desencadeado pelo corpo docente e discente para obter, do início ao fim, a finalidade maior: a assimilação do conhecimento e a tradução deste em atitudes e valores.

O relatório para a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, problematiza e discorre sobre a conjuntura atual. Segundo Delors et al. (1999), arvora-se cada vez mais uma conjuntura marcada por um planeta cada vez mais povoado; pelo fenômeno da globalização; pelo estigma das exclusões; pelo desafio de situar o local dentro do global e vice-versa; pelos prejuízos do progresso; e pelo resgate dos valores. Nesse contexto, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser são os quatro pilares (princípios) que o relatório (acima citado) propõe para que os processos de aprendizagem alcancem seus objetivos mais peculiares.

A Instituição também é elemento impactante na comunidade.

A educação e cidadania, atitudes e valores, realidade e sonho, tudo isso é o prelúdio de uma melodia que credencia o processo de sensibilização, planejamento, construção e realização de uma proposta pedagógica inovadora. A Instituição deve refletir a própria comunidade para atender as necessidades da mesma.

Dois aspectos são relevantes quando entram em discussão as implicações do projeto político- pedagógico na comunidade. O primeiro deles diz respeito ao **postulado de apreender a realidade**. O segundo clama pela **coragem de, na realidade, intervir**.

A **esse problema universal confronta-se a educação do futuro**, pois existe inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre, de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados, e, de outro, as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários.

Com tudo isto, não esquecendo as recomendações formais dos orgãos balizadores nacionais, reportamos à construção da estrutura que constitui uma proposta pedagógica, segundo o **CNE - Conselho Nacional de Educação**, que determina minimamente doze elementos, a citar:

- Explicitação sobre a organização da identidade da Instituição;
- Filosofia e os princípios didático-pedagógicos da Instituição;
- Conteúdos e suas referências;
- Competências e habilidades propostas e os respectivos encaminhamentos metodológicos;
- Atividades acadêmicas, em geral,
- Ações didático-pedagógicas a serem desenvolvidas durante o tempo de integralização curricular de cada curso;
- Matriz curricular específica e a indicação da área ou fase de estudos a que se destina;
- Processos de avaliação,
- Classificação, promoção e dependência;
- Regime de competência cronológica e formal;
- Calendário institucional;
- Condições físicas e materiais;
- Relação do corpo docente e técnico-administrativo;
- Plano de formação continuada para os professores;
- Plano de avaliação interna e sistemática do curso;

No nosso caso, estes itens foram de fato discutidos em ação de sensibilização posta para a comunidade de forma expositiva seguida de preleções continuadas e discussões em grupos de trabalho que, após exaustivas interações entre seus membros produziram (através dos mesmos grupos de trabalho) GTs, documentos de formatação pictórica e escrita que foram tabulados e dos mesmos, extraídas as diversas ações delineadas pelos atores responsáveis respectivamente por cada uma das expectativas explícitas no material produzido.

Desta forma consideramos que o **PPPI - Projeto Político Pedagógico Institucional** é uma construção possível no CEFET-SE/IFET-SE e tem a finalidade de

promover a instauração de procedimentos, atitudes e valores favoráveis ao dinamismo e à troca dos saberes, ao amadurecimento humano entre os alunos, os professores e a gestão institucional.

4.2.3 Metodologia Adotada

Nas preleções de sensibilização, que transcorreram com a participação de vários segmentos da comunidade (docentes, discentes, funcionários e colaboradores diretos e indiretos bem como a interação da comunidade de pais de alunos especialmente convocada para tal fim) utilizou-se das seguintes estratégias de reafirmação de princípios éticos fundamentais balizadores da construção do PPPI, a citar:

Tabela 1 Roteiro das Preleções de Sensibilização à Formação dos Grupos de Trabalho para Construção do PPPI

Projeto Político-Pedagógico Institucional

1º momento: Concepção

2º momento: Execução

I – Característica orientadoras da Concepção:

- Ser um processo participativo de decisões
- Organizar o processo pedagógico de forma a desvelar conflitos contradições
- Explicitar princípios baseados:
  - na autonomia da escola;
  - na solidariedade entre os agentes educativos;
  - na participação de todos;
  - em um projeto comum/coletivo.
- Conter opções explícitas de superação de problemas da realidade específica.
- Explicitar compromisso com a formação do cidadão.

II – Características buscadas na Execução.

- Nascer da realidade e explicitar:
  - causas dos problemas;
  - situações em que os problemas aparecem.

- Ser exeqüível;
- Prever as condições necessárias; ao seu desenvolvimento/à sua avaliação;
- Permitir/estimular a ação articulada de todos os envolvido com a realidade da escola;
- Ser produto resultante de processo constante de construção/reconstrução, articulado com a evolução dinâmica intra-escolar e social (fora da escola), do território, do estado, da região...
  - É um documento que deve explicitar as concepções de:
    - sociedade
    - educação
    - escola
    - trabalho/ação educativa
- sendo um produto específico, contextualizado, um compromisso espaço-Temporal
  - de uma Instituição
  - de uma equipe de educação
- tem base no Artigo 205 da Constituição Federal
  "A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvido da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

III - O projeto político-pedagógico deve ter qualidade formal/política.

- Qualidade formal – Pedro Demo (1994, p. 14):
  - Habilidade de manejar:
    - meios
    - instrumentos
    - formas
    - técnicas
    - procedimentos para atender desafios do desenvolvimento/das mudanças, que se impõem.
- Qualidade política
  - Considera os valores e os conteúdos, com o compromisso de promover:
    - a competência humana do educando para que possa se fazer história/fazer história, conforme os fins históricos da sociedade humana.
  - Pressupostos Norteadores do Projeto

político-pedagógico

IV - Adotando uma teoria pedagógica progressista que:

- parte da prática social
- comprometida com:
  - a solução de problemas;
  - o provimento de condições de vida social;
  - o enriquecimento / aprimoramento do currículo;
  - o processo ensino-aprendizagem.

V - Pressupostos

I – Filosófico – sociológicos

II – Epistemológicos

III – Didático – metodológicos

I - Pressupostos filosófico-sociológicos

Considera a Educação:

- direito de todos;
- compromisso político do poder público;
- objetiva a formação do cidadão participativo para uma determinada sociedade.

II - Pressuposto epistemológicos

- O conhecimento é construído coletivamente
- O saber deve ser socializado/democratizado
- Há um conhecimento escolar que:
  - tem sua especificidade
  - é dinâmico
- Deve-se garantir as unidades:
  - teoria e prática
  - conhecimento geral e conhecimento específico
  - conteúdo e forma
  - dimensão técnica e dimensão política
- Ter a intenção de provocar mudanças
- Considerar o conhecimento como produto/como processo

III - Pressuposto didático-metodológicos

A sistematização do processo ensino-aprendizagem e as formas de ensino devem favorecer:

- a elaboração crítica dos conteúdos
- o desenvolvimento de habilidades
- o desenvolvimento de competências que:
  - valorizem as relações solidárias e democráticas
  - facilitem/enriqueçam a vida em suas dimensões bio-psico-social

VI - Atos da construção do Projeto político-pedagógico

I – Ato Situacional
II – Ato Conceitual
III – Ato Operacional

I – Ato situacional

- Descrever a realidade onde se desenvolve a ação educativa desvelando a realidade:
  - sociopolítica
  - econômica
  - educacional
  - ocupacional

II – Ato conceitual

Refere-se à concepção/visão de:

- sociedade
- homem
- educação
- escola
- currículo
- ensino
- aprendizagem

III – Ato operacional

- orienta quanto e como realizar a ação para transformar a realidade da escola
- Implica a tomada de decisões para atingir objetivos metas

VII - Avaliação do processo e dos resultados

Esta metodologia está melhor refletida na figura a seguir:

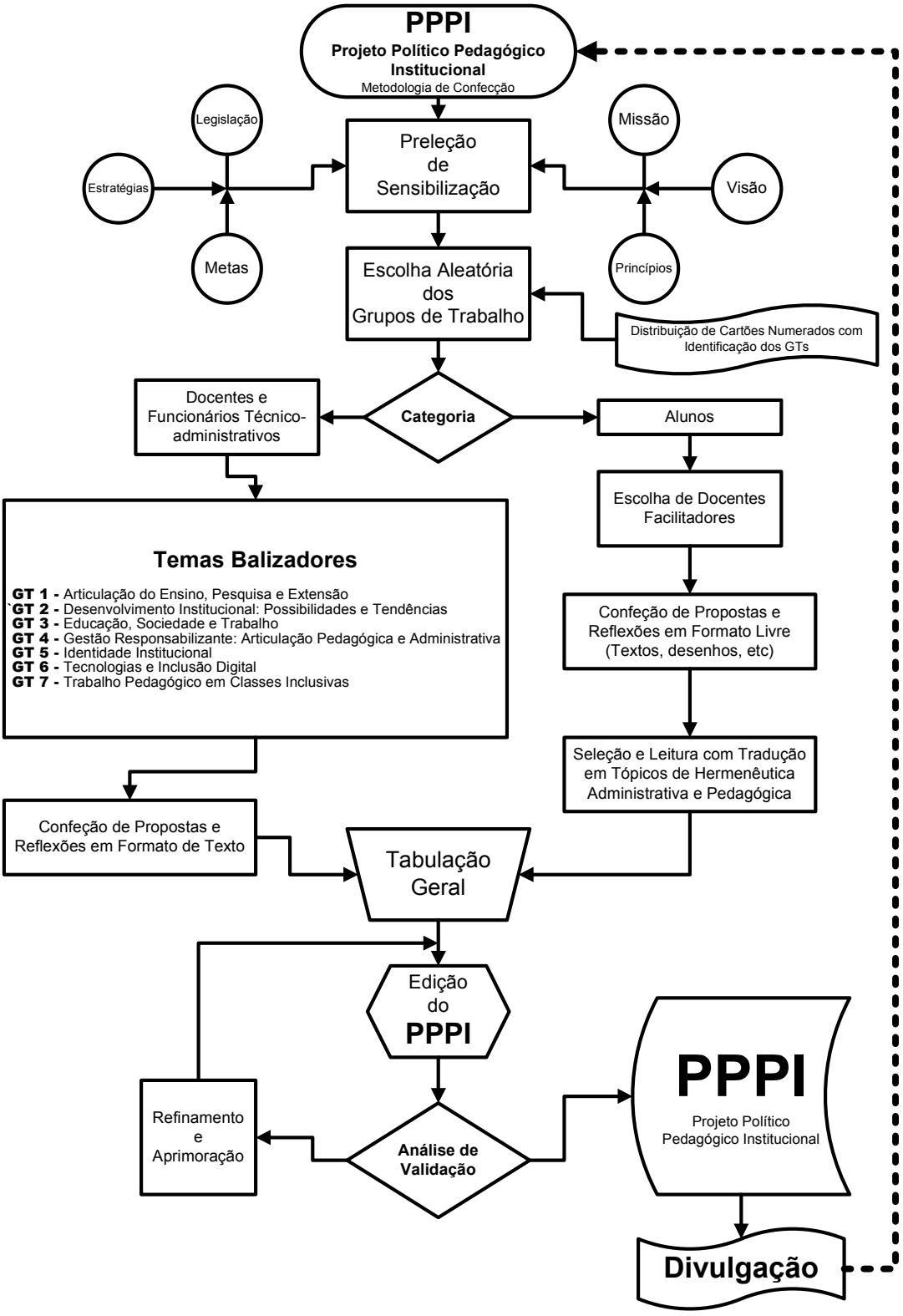


Figura 1 Algorítimo de Construção Coletiva do PPPI

4.3 Descrição do Universo de Análise das Propostas dos Grupos de Trabalho

Na análise dos resultados das produções dos Grupos de Trabalho (GTs) que ocorreram logo após os momentos de sensibilização, como descrito na nossa metodologia, optou-se por tabular os seus resultados, tomando-se o cuidado de quantificar o número de participantes, em suas diversas categorias, a citar:

Categoria dos Atores do Processo	Total	%
Docentes	63	**14,51**
Pais	90	**20,73**
Discentes	236	**54,37**
Técnico/Administrativos	45	**10,36**
Total:	**434**	**100%**
Observação: Os registros são apenas dos partícipes dos GTs.		

Quadro 2 Distribuição dos Atores do Processo de Construção do PPPI

O processo de participação foi registrado e documentado através de listas de assinaturas e registros fotográficos de todos os momentos de ação, desde a definição da metodologia, ocorrida em reuniões específicas com Gestores, Docentes, Pedagogos, *etc*, perpassando pelos respectivos momentos de sensibilização até, em fim, o registro, também fotográfico, do material produzido, sob forma de desenho e texto, por cada um dos GTs. Na seqüência e foi confeccionada uma tabulação que levou o estabelecimento das dimensões de hierarquização de ações, programas e projetos necessários ao enfrentamento dos problemas e o estabelecimento de diretrizes norteadoras da melhoria contínua da prática pedagógica neste Centro/Instituto.

4.3.1 Objetivos Demandados

Os objetivos demandados refletem bem os itens tabulados de acordo com o trabalho dos GTs e, em especial, a freqüência de repetição de demanda de cada item com os mesmos, o que possibilitou a demarcação de pontos de prioridade de ação, bem como, a divisão categorizada em dimensões: Pedagógica e Administrativa, com as sub-divisões das mesmas em categorias de análises.

Assim, com a análise tabular das produções dos Grupos de Trabalho (GTs) entendemos que a comunidade clama por ações, que estamos sugerindo como elementos geratrizes de futuros **Programas de Ação Contínua** e de **Ações Permanentes de Comportamento Organizacional** e que são constituídos pelas seguintes propostas:

Tabela 2 Ações Permanentes de Comportamento Organizacional

Nível de Prioridade	Programa
1	• Programa de Construção da Imagem Institucional (Marketing, Publicidade e Propaganda – Interna e Externa); • Programa de Construção de Propostas Coletivas da Unidade de Alimentação Escolar (Cantina/Refeitório); • Programa de Construção do Sujeito: O Homem Desejado através das práticas cotidianas e das relações interpessoais; • Programa de Construção de Práticas para Uso Contínuo dos Diários de Classe;
2	• Programa de Construção Coletiva do Clima Organizacional; • Programa de Construção da OUVIDORIA; • Programa de Construção de Grupos de Pesquisa (com áreas temáticas);
3	• Programa de Construção Coletiva das Relações de Poder; • Programa de Construção de Atitudes Colaborativas; • Programa de Construção de Projetos de Extensão;
4	• Programa da Direção com o Aluno (aproximar os atores); • Programa de Construção de Clube de Egressos (com ações e inserções na escola – Ex: Criar o dia do ex-aluno e promover ação integrada); • Programa de Construção do Padrão Ético Organizacional (envolvendo docentes, discentes, funcionários e a comunidade local – pais, etc); • Programa de Construção Pedagógica do Docente/Discente com a Metodologia de Trabalho dos PPCs; • Programa de Expansão da Rádio Interna para uma Rádio Comunitária;
5	• Programa de Construção da Proposta de Educação Ambiental da Instituição; • Programa de Construção de Catálogo Institucional; • Programa de Construção do Perfil do Aluno Evadido;
6	• Programa de Capacitação Continuada dos Gestores; • Programa de Construção de Parcerias Institucionais (Empresas, Instituições de Ensino, etc);
7	• Programa de (Re-)Construção Pedagógica do PROEJA;
8	• Programa de Construção de Meta-Avaliações dos Documentos Institucionais a cada Semestre (com comissão permanente com os pares);
9	• Programa de Capacitação dos Terceirizados;

e os Programas de Ação Contínua:

- Programa de humanização contínua dos sujeitos institucionais;
- Programa permanente de divulgação dos perfis institucionais;
- Programa de Aproveitamento das potencialidades individuais dos agentes do processo educativo;
- Programa de Atualização Continuada dos Materiais de Laboratoriais;
- Melhoria específica dos segmentos vinculados aos ambientes de aprendizagem;
- Programa de Aumento de Dedicação de Carga Horária Docente;
- Programa de Divulgação para a Comunidade da Organização do Trabalho Administrativo;
- Programa de Conservação do Patrimônio Público;
- Programa de Aquisição Contínua de Itens para a Biblioteca e procedimentos que ampliem a acessabilidade do acervo;
- Programa de Atividades Culturais;
- Programa de Visitas Periódicas dos Gestores às Salas de Aula;
- Programa de Cursos de Nivelamento e Reforço para as disciplinas que ofereçam dificuldades de aprendizagem;
- Programa de Democratização do Programa de Rádio;
- Programa de Incentivo às Atividades Esportivas;
- Programa de Segurança nos Laboratórios;
- Programa de Fomento a uma Rede de Estágios – Inclusão dos Discentes no Mundo do Trabalho;
- Programa de Divulgação Continuada dos Conteúdos a serem ministrados;

4.4 Possíveis Alianças para Consolidação das Propostas

4.4.1 Alianças Internas

As alianças internas serão constituídas de um conjunto de ações integradas entre os agentes do CEFET-SE/IFET-SE, em especial os docentes, no sentido de fomentar as ações de transversalidade de conteúdos presentes no itinerário formativo e nas diversas ações pedagógicas utilizadas para serem potencializadas e fornecerem suporte aos programas e ações planejadas.

No caso específico dos cenários dos cursos já em funcionamento no CEFET-SE/IFET-SE, a construção dos “itinerários curriculares” vem sendo feita de forma colegiada, com as atualizações continuas e em consonância com as demandas técnicas, bem como, com a legislação vigente. Desta maneira as matrizes curriculares refletem as reais demandas sócio-antropológicas, psicológicas, epistemológicas e pedagógicas de cada um dos respectivos cursos bem como o delineamento do perfil do egresso desejado.

5 Programação

5.1 Descrição dos Objetos das Práticas Operativas e Pedagógicas

O plano de ação desta Instituição, para a propositura deste PPPI, reflete as principais deliberações institucionais mediante o desenvolvimento do trabalho acadêmico inspirado na pedagogia da superação e de renovação crítico-reflexiva do processo ensino-aprendizagem, que considera:

- O aluno, razão e alvo das ações estratégicas;
- A necessidade de atuar sobre o processo educativo como um todo;
- A prática de uma metodologia de caráter científico-reflexiva que gera uma aprendizagem comprometida com a autonomia e com o aprender a aprender;
- A valorização de uma mentalidade científica e técnica nas iniciativas a serem empreendidas;
- A promoção de uma educação transdisciplinar, formadora do cidadão empreendedor consciente e integrado à sua realidade histórico-social;
- As possibilidades de continuidade e conclusão de estudos dos profissionais em formação, mediante mecanismos financiados com recursos da Instituição ou advindo de convênios;
- A consolidação do **CEFET-SE/IFET-SE**, no que se refere à estrutura de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços;
- A manutenção de um contínuo aperfeiçoamento da estrutura organizacional e demais procedimentos, garantindo constante modernização com vistas a um atendimento administrativo e pedagógico de modo funcional;
- Como essencial à prática do planejamento estratégico, da gestão compartilhada e da avaliação institucional;
- A complementação e ampliação da utilização da estrutura física e de equipamentos visando atingir metas objetivadas nas propostas pedagógicas dos cursos a serem implantados;
- A aquisição, atualização e modernização do acervo da Biblioteca como investimento prioritário;

Explicitada sua missão e estabelecidos seus objetivos com lastro na política que ressalta a linha de gestão institucional, apresentam-se, a seguir, as diretrizes operacionais das ações a serem efetivadas por meio de projetos e atividades, sem aludir a possibilidade de desenvolvimento de novos programas institucionais que surgirão em decorrência da sua sinergia interna e da resposta às demandas sócio-laborais.

5.2 Marco Pedagógico: Desenvolvimento do Currículo

No desenvolvimento do Currículo serão observados:

- Conteúdos programáticos mínimos;
- Carga horária por componente curricular;
- Métodos, técnicas e procedimentos de ensino-aprendizagem adequados à clientela;
- Formas variadas de avaliação.

Os tempos e os campos da educação devem ser repensados, completando-se e interpenetrando-se, de modo que, cada educando ao longo de sua vida, possa tirar o melhor proveito de um ambiente educativo em constante transformação. Essa educação ao longo da vida está fundamentada em quatro pilares, conforme o Extrato do Documento Síntese de Jontiem:

- **Aprender a Conhecer**, que significa ser capaz de aprender ao longo de toda a vida:
- **Aprender a fazer**, que pressupõe desenvolver a competência do saber se relacionar em grupo, saber resolver problemas e adquirir uma qualificação profissional;
- **Aprender a viver com os outros**, que consiste em desenvolver a compreensão do outro e da percepção das interdependências, na realização de projetos comuns, preparando-se para gerir conflitos, fortalecendo a sua identidade e respeitando a dos outros, respeitando valores de pluralismo, de compreensão mútua e de busca de paz;
- **Aprender a ser**, para melhor desenvolver a sua personalidade e poder agir com autonomia, expressando opiniões e assumindo as responsabilidades pessoais.

5.3 O Projeto Pedagógico: A Base Teórico Operativo

Registra-se o fato de que os docentes, em geral, atuam de forma independente. Não obstante, optamos por descrever formalmente esta atuação através de uma proposta pedagógica que não limite as ações e não comprometa a autonomia e a criatividade docente no desenvolvimento da sua prática.

5.3.1 Aprendizagem Significativa: aprender a aprender

Para que a aprendizagem possa ser significativa o material tem que ser potencialmente significativo e consideradas as experiências e vivências do aprendiz para auscutar sua disposição para aprender. O aluno precisa estar seguro para tal. A primeira dessas condições implica em que o material possa permitir a construção de significado lógico e que o aprendiz tenha disponíveis em sua estrutura cognitiva subsunções específicas com as quais o material se relaciona.

4.2.2 A Estrutura Cognitiva

Partindo do presuposto de que a estrutura cognitiva de um indivíduo é um complexo organizado, resultante dos processos cognitivos, através dos quais adquire e utiliza o conhecimento, novas idéias e informações podem ser aprendidas e retidas na medida em que conceitos relevantes e inclusivos estejam adequadamente claros e disponíveis na estrutura cognitiva do indivíduo e, sirvam de ancoradouro a novas idéias e conceitos.

Isto se apresenta no processo pedagógico como começo do aprender a aprender.

Contrastando com a posição behaviorista, onde somente o estímulo e o comportamento observável resultante são objetos de estudo, as teorias cognitivistas e entre elas a de David Ausubel, se preocupam com mecanismos internos da mente e com processos tais como os da formação e da assimilação de conceitos.

5.3.3 As Práticas Operativas

Isto significa que nas aulas práticas os alunos precisam esforçar-se ao interagir com os diferentes objetos em observação/manipulação, utilizando o que já conhecem sobre eles e interagindo os diferentes objetos concretos, considerando um referencial teórico mínimo abordado em sala de aula. Ou seja, o professor não deve apresentar a solução de imediato dos problemas propostos. Os alunos devem esforçar-se por investiga-los, com uma orientação mínima do professor, e, daí partir para um processo de construção do conhecimento.

Acreditamos, desta forma, que estamos fomentando a capacidade do corpo discente de pensar e gerar mecanismos próprios de aprendizagem. Acreditamos que,

enquanto o alunado não for autodidata ele estará aproveitando, a menor, o seu espaço em sala de aula e usufruindo minimamente das informações veiculadas pelos professores. As proposições de Ausubel se aplicam ao cotidiano da sala de aula, tal como ele é na grande maioria das escolas, faculdade e universidades, isto é, aquela sala de aula convencional onde predomina o ensino voltado para a aprendizagem receptiva.

5.3.4 A Proposta Básica da Prática Operativa

A idéia mais importante da teoria de Ausubel (1968, 1978, 1980), e suas possíveis implicações para o ensino e a aprendizagem podem ser resumidas na seguinte proposição, de sua própria autoria:

> ***"(...) se tivesse que reduzir toda a psicologia educacional a um só princípio, diria o seguinte: o fator isolado mais importante influenciando a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já sabe. Determine isso e ensine-o de acordo."***

Ao falar em "***aquilo que o aprendiz já sabe***", Ausubel está se referindo à "estrutura cognitiva", ou seja, o conteúdo total e organização das idéias do indivíduo, ou, no contexto da aprendizagem de um determinado assunto, o conteúdo e organização de suas idéias nessa área particular de conhecimentos.

Para que a estrutura cognitiva preexistente influencie e facilite a aprendizagem subseqüente é preciso que seu conteúdo tenha sido aprendido de forma significativa, isto é, de maneira não arbitrária e não literal. Outro aspecto que deve desde já ser esclarecido é que a idéia de que "***aquilo que o aprendiz já sabe***" não é simplesmente a idéia de "pré-requisito" específico de uma certa área do conhecimento, como pensado nos cursos tradicionais.

Determinar isso também não é uma tarefa simples, pois significa "determinar a estrutura cognitiva preexistente", ou seja, os conceitos, idéias , proposições disponíveis na mente do indivíduo e suas inter-relações, sua organização. Significa, no fundo, fazer quase que um "mapeamento" da estrutura cognitiva, algo que dificilmente se consegue fazer através de testes convencionais que, via de regra, enfatizam o conhecimento factual e estimulam a memorização. Este mapeamento é possível por estimulações e descobertas do dia-a-dia da disciplina e por desafios que a estimulem.

Finalmente, "***ensine-o de acordo***", também é uma idéia com implicações nada fáceis, visto que alude basear o ensino naquilo que o aprendiz já sabe, em identificar os conceitos organizadores básicos daquilo que vai ser ensinado e em utilizar recursos e princípios que facilitem a aprendizagem de maneira significativa.

5.3.5 Prática Profissional X Proposta Pedagógica

Constitui-se o estágio um espaço onde se exercita a investigação científica na medida em que o aluno ao desenvolver as atividades de estágio se insere na realidade com a qual se depara, buscando adequação entre essa realidade e os conceitos teóricos adquiridos ao longo da sua formação, baseado no parecer legal da Constituição Federal no art. 211, Parecer 28/2001, LDB art. 13 e 82.

O estágio possibilita a construção de um conhecimento que retomará a prática num desenvolvimento de ação-reflexão-ação aperfeiçoando-a e oferecendo ao aluno-profissional condições de viver a escola em sua complexidade, articulando o momento do saber e o momento do fazer.

Um fazer interdisciplinar é como devemos considerar o planejamento do estágio, porque é nesse momento em que todos os envolvidos nessa atividade-professores formadores, coordenadores, supervisores e os alunos-mestres, estarão reunidos em torno de uma única intenção: tentar superar a fragmentação do saber através de um projeto de ensino voltado para o global, à formação pedagógica e a formação de conteúdo específico.

Sabendo da importância em desenvolver nos alunos de cursos de licenciaturas uma consciência quanto à importância do fazer pedagógico, possibilitando à compreensão de que ser professor vai além de dominar apenas o conhecimento, é necessário "saber fazer".

Cabe ao professor também despertar o senso político e ético no decorrer de sua prática docente. Por isso propomos uma "parceria" entre as disciplinas pedagógicas e as de conhecimento específico durante a prática de estágio, visando assim o desenvolvimento de competências necessárias ao fazer pedagógico, despertando em nosso aluno uma visão global da prática docente. Dessa forma, ele poderá entender que o papel do professor não é o de apenas transmitir conhecimentos e sim, também, contribuir na formação do homem.

Em virtude da necessidade de desenvolver a competência pedagógica em alunos de cursos de licenciatura, para que eles possam efetivamente aplicar essa competência em sua prática docente é necessário, além dos trabalhos efetuados através das disciplinas pedagógicas durante o curso, realizar no período do estágio um fazer interdisciplinar, proporcionando aos alunos-docentes a possibilidade de uma assistência pedagógica e específica de cada curso. Colocando em prática o aprendizado adquirido durante o curso e as orientações necessárias ao aprimoramento de sua aprendizagem, desenvolverá, assim, competências e habilidades como professor.

5.3.6 Perspectivas Futuras

Nesta perspectiva o papel do professor na facilitação da aprendizagem significativa envolver quatro tarefas fundamentais:

1 - Determinar a estrutura conceitual e proposicional da matéria de ensino. Deve-se fazer uma espécie de "mapeamento" da estrutura conceitual do conteúdo e organizá-lo seqüencialmente de acordo com esta estrutura. Trata-se aqui de preocupar-se com a "qualidade" do conteúdo e não com a quantidade. Por isto, sempre se espera que o aluno questione, de preferência com o professor em sala. É um processo piagetiano. O questionamento será transformado em compromisso com a aprendizagem do aluno.

2 - Identificar os subsunçores (conceitos, proposições e idéias claras, precisas, estáveis), relevantes à aprendizagem do conteúdo a ser ensinado.

3 - Diagnosticar o que o aluno já sabe, isto é, o conhecimento prévio desejado, e determinar dentre os subsunçores especificamente relevantes (previamente identificados ao "mapear" e organizar a matéria de ensino) aqueles que estão disponíveis na estrutura cognitiva do aluno. Cabe também aqui frisar que não se trata simplesmente de aplicar um pré-teste no inicio do curso. Os pré-testes comumente usados, geralmente, dão apenas uma idéia grosseira do conhecimento prévio do aluno e, via de regra, não está baseado em uma análise criteriosa de que conhecimentos prévios são especificamente relevantes à aprendizagem do conteúdo do curso. Deve-se também tornar prazeroso ao aluno o processo de construção do conhecimento.

4 - Ensinar utilizando recursos e princípios que facilitem a passagem da estrutura conceitual da matéria de ensino para a estrutura cognitiva. do aluno de maneira significativa operando facilitadores da aprendizagem.

Estes princípios não são únicos e determinantes, tendo em vista que o processo educacional não assume apenas uma dimensão.

5.4 Avaliação

A dimensão avaliativa, em especial a avaliação da aprendizagem, é um fenômeno que não se dá por si mesmo. A avaliação se realiza a serviço de um projeto pedagógico em que esteja comprometido com os cuidados com a pessoa, uma ação social ou uma Instituição. Os atos de avaliar, em essência, por si mesmos, nada significam; tem sentido quando estão a serviço da realização de um projeto, seja ele qual for. No caso da avaliação da aprendizagem, serve a um projeto de ensino-aprendizagem, que, dentro de uma escola, denomina-se Projeto Pedagógico (elemento constitutivo do Projeto Político Pedagógico que expressa claramente os desejos dos educadores e da Instituição educacional em termos de resultados a serem obtidos com as atividades escolares).

Então, cabe a pergunta: “Será que a prática educativa do CEFET-SE/IFET-SE vem cumprindo com o papel de dar suporte ao nosso educando, contribuindo para a formação de sua personalidade como uma pessoa livre, autônoma, responsável pelas suas escolhas e seus atos?”. Será que esse objetivo está claro em nossos projetos educativos e em nossa ação cotidiana junto aos educandos?

Em síntese, se a avaliação serve a um Projeto Pedagógico, é precisso estabelecer com clareza o nosso projeto, deixando claro e explícito os desejos que temos, assim como os recursos que vamos utilizar para atingir os fins. A avaliação subsidiará a obtenção dos resultados que colimamos com o nosso projeto de ação. Aquela só existe verdadeiramente estando a serviço desse.

Eis a questão que tem inquietado a todos nós educadores, frente aos desafios impostos pela prática educativa. De um lado, o fracasso escolar e, de outro, a necessidade iminente de uma prática pedagógica ser bem sucedida. A ninguém, em princípio, em sã consciência, interessaria o fracasso escolar, mas, devido as nossas tradições examinativas, parece que muitas vezes interessa em função da filosofia que norteia o projeto pedagógico que se tenha construída na sua tragetória profissional.

Quanto à avaliação, deve ser contínua, que se recupere e não elimine, que ofereça alternativas não punitivas, que possibilite a transformação do aluno, permitindo o realinhamento do processo de ensino e aprendizagem por meio da reflexão, baseado no conhecimento científico e que possibilite a verificação de competências profissionais e a

mudança de atitudes diárias.

Acreditamos também que o professor deve ser visto pelo aluno, como um mediador/facilitador do processo de ensino e aprendizagem, respeitando os esquemas de assimilação, os padrões culturais do educando, estabelecendo-se, enfim, uma via de mão dupla, em que ambos aprendam na medida em que se aproximam do objeto de estudo.

Para a implementação do PPPI estão previstos mecanismos de acompanhamento e avaliação democrática e coletiva das metas e programas propostos, que permitam identificar os sucessos, lacunas, desvios e perdas, o que motivará o processo de redimensionamento que terá uma periodicidade anual.

Requer as previsões de instância em condições de promover adaptações, medidas corretivas, retroalimentação, para acompanhar a dinâmica das mudanças institucionais, sócio-laborais, nas quais este projeto encontra-se fundamentado.

A metodologia e os instrumentos de avaliação estarão em sintonia com os parâmetos da Avaliação Institucional do CEFET-SE/IFET-SE.

Considerações Finais

Por fim, registramos a necessidade de considerar que nas construções de cenários futuros valem as seguintes considerações de mudanças paradigmáticas no mundo contemporâneo:

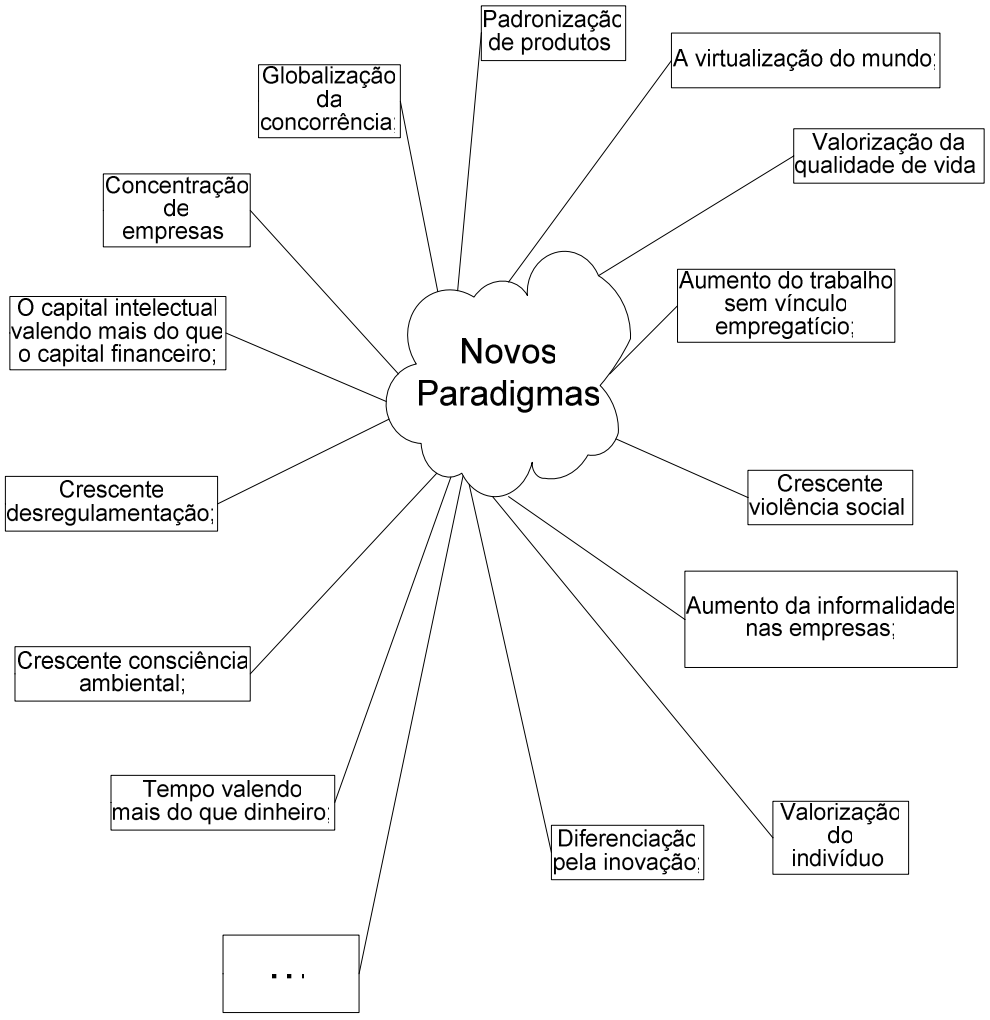


Figura 2 Novos Paradigmas do Mundo Contemporâneo

Assim, a responsabilidade que toma para si o universo da Educação na Sociedade ao definir como meta central o desenvolvimento humano, intrinsecamente vinculado a uma proposta de trabalho enraizada com a realidade, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica traz para dentro de seu lócus o compromisso com uma população diversificada, em diferentes estágios de formação, com desafios de vida cada vez mais complexos, cidadãos que alimentam expectativas de vida bastante promissoras.

É importante ressaltar que da diversidade de seu público, do mosaico que constitui a diversidade da sociedade brasileira, essas instituições extraem elementos para construir seu Projeto de Educação Profissional e Tecnológica, sua identidade, pois reconhecem que congregam, em tom de esperança, vozes que lutam por um mundo mais digno e ético.

Desta forma nos referindo-se a nossa frase de abertura deste PPPI utilizamos um dos pensamentos de Kant sobre a educação e os seus efeitos no desenvolvimento e aprimoramento da natureza humana considerando que ao longo da sistematização das muitas colaborações recebidas, de docentes, discentes, funcionários, colaboradores diretos e indiretos, bem como os pais dos alunos, a citação de Kant permaneceu como orientadora do nosso trabalho na elaboração deste documento. Assim por termos o mesmo entusiasmo de Kant, neste processo, pensando sobre o poder da educação, encerramos esta etapa com a delclaração de que é deveras “(...) entusiasmante pensar que a natureza humana será sempre melhor desenvolvida e aprimorada pela educação, e que é possível chegar a essa forma, a qual em verdade convém à humanidade. Isso abre a perspectiva para uma futura felicidade da espécie humana.”

Referências Bibliográficas

ALAVARSE, O.M. Ciclos: problematizações e propostas. Trabalho apresentado no 3º Seminário de Avaliação, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2003.

ANGELONI, M. T. Organizações do conhecimento: infra-estrutura, pessoas e tecnologias. São Paulo: Saraiva, 2003.

ANSOFF, H. Igor, MCDONNELL, Edward J. Implantando a administração estratégica. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1993.

ARRIGHI, G. O longo século XX. São Paulo: Contraponto; UNESP, 1996.

BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Bauman, Z. Trabajo, consumismo e nuevos pobres. Barcelona: Gedisa, 2003.

BAUMAN, Z. Em busca da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BERTAGNA, R.H. Avaliação da aprendizagem escolar: a visão de alunos de 4ª e 5ª séries do 1º grau. 1977. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BERTAGNA, R.H. Progressão continuada: limites e possibilidades. 2003. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BLOOM, B.S.; HASTINGS, J.T.; MADAUS, G.F. Handbook on formative and summative evaluation on student learning. New York: McGraw Hill, 1971.

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. Investigação Qualitativa em Educação. Portugal: Porto Editora Ltda, 1994. 336p (Coleção Ciências da Educação).

BOSSA, Nadia A. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: Bourdieu, P. Escritos de educação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOVET, D.; MARTHA, J. Redes de valor. São Paulo: Negócio, 2001.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Política econômica e reformas estruturais. Brasília, DF: 2003.

BUARQUE, Cristovam. Por uma Universidade Aberta. Revista Ensino Superior, Ano 4. n. 47-agosto, 2002, p.32

CARROLL, J. A model of school learning. Teachers College Record, v. 64, p. 723-733, 1963.

CÉSARIS, Delia Maria de. O Psicopedagogo nas Instituições. Hoje. Disponível em www.psicopedagogiaonline.com.br. Acesso em : 27 de abril de 2003.

CHAUI, M.H. A universidade pública sob nova perspectiva. Conferência de abertura da ANPED, Poços de Caldas, 5/out/2003.

CISALPINO, L.S. Gestão do conhecimento e learning organization-propostas para competitividade: um estudo de caso em empresa do setor de serviços. 2002. 113f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração)-Fundação Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo.

COLOMBO, Sonia Simões. Escolas de sucesso : gestão estratégica para instituições de ensino. São Paulo : STS, 1999.

COOMBS, Philip H. O que é planejamento educacional. Cadernos de pesquisa. n. 4. São Paulo : Fundação Carlos Chagas, 1972.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir; relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/Unesco, 1999. DEMO, P. Desafios modernos da educação. Petrópolis: Vozes, 1993.

Di PIERRO, Maria Clara e GRACIANO, Mariângela. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

DURHAM, E. Uma política para o ensino superior brasileiro: diagnóstico e proposta. São Paulo : USP/NUPES, 1998. (Documento de Trabalho.

DUSSEL, I.; CARUSO, M. A invenção da sala de aula. São Paulo: Moderna, 2003.

ENGUITA, M.F. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERNÁNDEZ, Alícia. A inteligência aprisionada - abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. 2ª reed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1991.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1988.

FINGER, Almeri Paulo, LIMA, Sérgio F. Centros universitários : proposta e gestão. Curitiba : Champagnat, 1999.

FISCHMANN, Adalberto A., ALMEIDA, Martinho I. Planejamento estratégico na prática. São Paulo : Atlas, 1993.

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Teresa Leme. Aprendizagem e Inovação Organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil. São Paulo: Atlas, 1995.

FRANCO, F.C. Avaliação em larga escala da educação básica: da relevância aos desafios. Trabalho apresentado no 3. Seminário de Avaliação, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2003.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 16.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 32.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. 13.ed. São Paulo: Olho D'água, 2003. GADOTTI, M. História das idéias pedagógicas. 8.ed. São Paulo: Ática, 2002.

FREITAS, L.C. A dialética da eliminação no processo seletivo. Educação & Sociedade, Campinas, n. 39, p. 265-285, 1991.

FREITAS, L.C. Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

FREITAS, L.C. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas: Papirus, 1995.

FREITAS, L.C. Neo-tecnicismo e formação do educador. In: Alves, N. (Org.). Formação de professores: pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo : Cortez, 1995.

GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. (Org.). Autonomia da escola: princípios e propostas. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GAGNÉ, R. M. Como se realiza a aprendizagem. Rio de Janeiro: Livro Técnico e

GALBRITH, Jay. A Organização "Reestruturável". In: HESSELBEIN et al. (Peter Drucker Foundation). A Organização do Futuro. São Paulo: Futura, 1997.

GANDIN, D. Escola e transformação social. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GANDIN, D.; GANDIN, L. A. Temas para um projeto político-pedagógico. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GODOI, E.G. Avaliação escolar no ciclo básico. Campinas: FE/UNICAMP, 1997. Trabalho de conclusão de curso.

GODOI, E.G. Educação infantil: avaliação escolar antecipada? 2000. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GUAGLIATO, M.F.T. Os estudos de recuperação no ensino fundamental: aprendizagem ou discriminação? 2003. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS (INEP). A educação no Brasil na década de 90. Brasília, DF: MEC, 2003.

JAMESON, F. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2002.

KUCZYNSKI, P.; WILLIAMSON, J. Depois do consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2003.

MACEDO, Roberto. O profissional globalizado. Jornal O Estado de São Paulo, São Paulo, 26 mar. 2000. Seção educação. p. 32.

MARX, K. O capital. São Paulo: Abril, 1983.

MORIN, E. O método (1): a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000. PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Deliberação nº 014/99, aprovada em 08/10/99. Trata dos indicadores para elaboração da proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino da Educação Básica em suas diferentes modalidades. Curitiba, 1999.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. O Correio da UNESCO, v. 24, n. 4, abr. 1996.

ORUDZHEV, Z.M. A dialética como sistema. México: Nuestro Tiempo, 1980.

PERRENOUD, P. Das diferenças culturais às desigualdades escolares: a avaliação e a norma num ensino diferenciado. In: Allal, L.; Cardinet, J.; Perrenoud, P. Avaliação formativa num ensino diferenciado. Coimbra: Almedina, 1986.

PETERS, T. O mundo está um caos. Veja, São Paulo, n. 1833, 17 dez. 2003.

PISTRAK, M.M. A comuna escolar. Moscou: Rabotnik Prosveshcheniya, 1924.

PRIGOGINE, I. O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: UNESP, 1996.

ROBBINS, Stephen Paul. Administração : mudanças e perspectivas. São Paulo : Saraiva, 2000.

ROSENMANN, M.R. El pensamiento sistémico: los orígenes del social-conformismo. México: Siglo Veintiuno, 2003.

SACRISTÁN, J. C. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas: Autores Associados, 1994.

SANCHO, Joana Maria. Para uma Tecnologia Educacional. Porto Alegre, RS: ARTMED Editora Ltda., 1998.

SANTOS, Djalma F. O papel da imagem mental das trocas simbólicas. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo-USP, 2000.

SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez, 1982.

SCHWARTZMAN, S. Ensino superior no Brasil: os interessados. [S.l. : s.n., 199-]. 25 f.

SCHWARTZMAN, S. O ensino superior no Brasil-1998 (versão 2). Disponível em: <URL:// www.10minutos.com.br/simon>. Acesso em: 10 de novembro de 2000.

SENGE, Peter. The Learning Organizations Made Plain. Training & Development, p. 37-44, October 1991.

SERPA, Luiz Felippe Perret. A questão da Educação Superior: A Universidade Pública. Gestão Universitária, Salvador: ISP, n. 2, nov. 1999b.

SISTO, F.F. et al. Dificuldades de Aprendizagem no Contexto Psicopedagógico. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SISTO, F.F.; DOBRÁNSZKY, E.A.; MONTEIRO, A. Cotidiano Escolar: Questões de Leitura, Matemática e Aprendizagem. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SOARES, J.F. Avaliação de escolas de ensino básico. In: Freitas, L.C. (Org.). Avaliação de escolas e universidades. Campinas: Komedi, 2003.

SOBIERAJSKI, M.S. Explorando a prática da avaliação em uma 5ª série do 1º grau. 1992. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SOUZA, P.R. Copo meio cheio ou copo meio vazio. Folha de S. Paulo, São Paulo, p.3, 11 dez. 2001.

TOFFLER, Alvin. The third wave. Nova York : Bantam, 1984.

TRAGTENBERG, M. Sobre educação, política e sindicalismo. São Paulo: Cortez, 1982.

VASCONCELOS, C. Projeto político-pedagógico: o planejamento como instrumento de transformação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DOS EXPOENTES NA EDUCAÇÃO, 2. Livro do Congresso. Curitiba, 2002.

VEIGA, I. P. A. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15.ed. Campinas: Papirus, 2002.

VILLAS BOAS, B.M.F. As práticas avaliativas e a organização do trabalho pedagógico. 1993. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-48, 2001.

WALLERSTEIN, I. Após o liberalismo. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

WALLERSTEIN, I. Utopística: o las opciones históricas del siglo XXI. México: Siglo Veintiuno, 1998.